



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E NOVE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

PONTO DOIS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO QUATRO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO “PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E DEZ” AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESENTA E QUATRO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUATRO DO REGIMENTO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SAÍDA DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO SEIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS NA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO SETE – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO OITO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO NOVE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTIGO SESENTA E SEIS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO DEZ – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

----- Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com o número um alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Fonseca Casebre; Manuel Botas Soares; Maria José Duarte Serôdio Dias; José Manuel Bento Sampaio; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela Santos Ferreira Cunha; Fernando Manuel Oliveira Botas Videira; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Samuel Amorim Prôa; Alberto Henriques M. Narciso P. Silva; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente da Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador) e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso (Vereadora). -----

----- Registo de faltas: Aquilino Manuel Pratas Fidalgo do Grupo MICA. -----

----- Pedidos de Substituição: Não foram solicitados pedidos de substituição. -----

----- Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- (artigo vinte e três do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite meus senhores e minhas senhoras, quero desejar a todos votos de uma jornada proveitosa. -----

Estão presentes na sala, vinte e quatro deputados municipais, dos vinte e cinco que compõem esta Assembleia. Verifico que existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão. Por conseguinte, aberto o período antes da Ordem do Dia. -----

No que diz respeito a este período, a mesa recebeu os seguintes documentos: -----

----- PROPOSTA DE LOUVOR -----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Propomos um voto de louvor à A.C.R. de Paço dos Negros, pelo vigésimo quinto aniversário que festejou recentemente. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

----- VOTO DE CONGRATULAÇÃO -----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Os representantes do MICA – Movimento Independente do Concelho de Almeirim, congratulam-se com a decisão do senhor Ministro da Justiça de proceder à anulação do concurso para a construção de uma Prisão na Herdade dos Gagos, na freguesia de Fazendas de Almeirim. -----

O senhor Ministro decidiu também demitir todos os responsáveis da direcção do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas, que foram os mentores do projecto em que se pretendia a destruição de milhares de sobreiros – um dos crimes ambientais de maior gravidade no nosso país. – Com o impacto extremamente negativo nas localidades de Casal da Tira, casal Queimado, Foros do casal Moreira, Marianos, Murta e Paço dos Negros. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não podemos deixar de citar o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de cinco de Agosto de dois mil e nove, sobre esta mesma prisão, que “o acto que suspende a aplicação de normas de um PDM (Almeirim) que fazem depender o abate de sobreiros de autorização municipal e da Direcção-Geral das Florestas, não tem potencialidade para provocar, por si mesmo, esse abate, que continua sujeito aos condicionalismos impostos pelos Decretos-Lei de noventa e sete, e cento e sessenta e nove de dois mil e um de vinte e cinco de Maio.”-----

A partir de agora, e tendo também em conta os inconvenientes decorrentes de um projecto desta natureza, no tocante ao sentimento de insegurança por parte das populações e agentes económicos, temos grandes esperanças que este seja um assunto definitivamente encerrado! -----

O Grupo do MICA. -----

-----VOTO DE PROTESTO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Lamentar profundamente que, na reunião do Executivo de vinte e um de Dezembro último, tenham sido aprovadas, as novas Taxas de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, com a abstenção da CDU e o voto contra e de vencido do MICA, porque no actual contexto sócio económico que o país atravessa não faz qualquer sentido um aumento médio de vinte e nove virgula sete por cento na recolha de Resíduos. -----

O Grupo do MICA. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

É um princípio de justiça que se dê a conhecer as pessoas que ao longo dos anos, pela sua vida exemplar ao serviço do colectivo, ou pela sua actividade profissional, contribuíram para o bem-estar social, para o desenvolvimento económico, ou para o bom nome da sua terra. -----

Em Almeirim, são várias as personalidades que têm merecido a aplicação desse princípio de Justiça ou com a atribuição de Medalhas Municipais ou com a atribuição do seu nome a algumas artérias da Cidade. -----

No entanto, entendemos que se deve perdurar na memória das gerações vindouras o nome de alguns, como exemplos a respeitar por todos os Almeirinsenses. -----

Assim: -----

Considerando que o Drº Joaquim Gonçalves Isabelinha foi para além da sua competência ao serviço da Medicina, um desportista de eleição e também um amigo da sua terra e da sua gente como dificilmente se encontra; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

E considerando que o senhor José Manuel Serralheiro da Costa, com a criação da Sopa de Pedra, deu o maior contributo para o desenvolvimento económico de Almeirim quer no sector da restauração com a nossa gastronomia impar, quer através da corrente turística que daí resultou; -----

Propõe-se a Recomendação à Câmara para que mande executar os bustos destes dos Almeirinsenses, o primeiro para colocar no Jardim da República e o segundo, na zona dos Restaurantes. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Considerando que nos espaços públicos não devem existir nem barreiras arquitectónicas, nem situações que possam vir a representar perigos para os cidadãos em geral e especificamente para os mais novos ou para os cidadãos portadores de deficiência. -----

Considerando que cabe à Câmara Municipal zelar por essa segurança nos espaços do domínio público municipal; -----

Considerando que os licenciamentos de obras são da competência da Câmara; -----

Considerando que as entradas das garagens do “Prédio Alfa” na Zona Norte, consubstanciam um eminente perigo publico, em particular para crianças e invisuais; --

Considerando que estas “entradas de garagens” estão localizadas numa praça pública e perto de um Centro de Línguas, frequentado por muitas crianças; -----

Considerando as competências acima referidas; -----

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Dezembro de dois mil e nove, recomenda à Câmara Municipal para que tome medidas, com a maior urgência, para por fim ao perigo que estas entradas de garagens representam no espaço público. ----

O Grupo da CDU. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Proponho que esta Assembleia faça uma recomendação à Câmara Municipal, para que esta celebre com a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, um Protocolo de viabilização financeira no valor de vinte cinco mil e seis euros, para que se possa normalizar a dívida existente. -----

O Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Voto de recomendação para que seja incluído no Orçamento para dois mil e dez a previsão da Construção de um Canil/Gatil municipal, de modo a responder eficazmente às necessidades de garantia de um clima de segurança e saúde no Concelho, dado serem visíveis inúmeros animais “vadios” pela nossa cidade. -----

O Grupo do MICA. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Voto de recomendação para que no mais curto espaço de tempo, seja elaborado o Regulamento Municipal de atribuição de subsídios, de forma a: -----

Clarificar quais os pressupostos adoptados no que respeita à concessão de apoios e a entidades particulares. -----

Definir a forma de organização dos respectivos processos individuais; -----

A garantir o respeito pelos princípios da transparência e da imparcialidade de acordo com as recomendações insertas no Relatório da IGAL (Inspeção Geral da Administração Local) de dois mil e nove. -----

O Grupo do MICA. -----

-----RECOMENDAÇÃO-----

----- (Artigo vigésimo quarto, do Regimento) -----

Voto de recomendação para que no orçamento de dois mil e dez seja previsto: -----

O alcatroamento das Ruas da Ajuda e Sá da Bandeira em Fazendas de Almeirim; -----

A conclusão da ligação da Rua do Moinho Vento, à Estrada Municipal que liga as Fazendas de Almeirim a Paço dos Negros; -----

A recuperação do pavimento na estrada municipal que liga Paço dos Negros a Marianos. -----

O Grupo do MICA. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Temos uma agenda preenchida, pelo que vamos ter que ser céleres, para podermos observar o tempo dedicado a este período de uma forma proveitosa. -----

Dou agora a palavra ao deputado João Lopes. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos os presentes. Queria fazer uma observação, já que estão muitos documentos em cima da mesa. Gostava de saber se os serviços de apoio à Assembleia já estão a fazer cópias para distribuir? Até porque, para nós podermos votar em consciência, devemos ter conhecimento do teor dos mesmos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vão ser fotocopiados e distribuídos os documentos a cada bancada. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Se me permite, e antes de entrar na intervenção para a qual pedi a inscrição, gostaria de sugerir que os Grupos, quando chegam à Assembleia, as entreguem no secretariado, para não se atrasar os trabalhos. -----

Aproveito, para solicitar ao senhor Presidente da Mesa, uma tolerância de cinco minutos, para podermos fazer uma leitura deste conjunto de documentos. -----

Relativamente ao assunto da minha inscrição. Em nome da CDU, desejar um bom ano de dois mil e dez para todos os membros desta Assembleia, para o Executivo Municipal presente, público e seus familiares. -----

O ano de dois mil e nove, não foi um ano particularmente fácil para os portugueses. Com o aumento do desemprego e a deterioração das condições de vida de muitas famílias. O concelho de Almeirim não escapou a esta situação. O número de famílias e de pessoas com condições de vida mais precárias aumentou. Por vezes chego a ver fila à porta do edifício que presta apoio à Câmara, onde se deslocam as famílias carenciadas, na qual verifico o drama destas pessoas. No nosso concelho, onde há uma certa tradição e inibição de mostrar a pobreza que por vezes chega a ser muito envergonhada. O que é verdade é que começa a ser visível. -----

Todos nós à nossa volta conhecemos situações que começam a mexer connosco. Por tudo isto a CDU, só pode deixar hoje aqui o voto, para que esta situação económica e social, deste país e deste concelho, venha em dois mil e dez a sofrer uma reviravolta profunda, e que a esperança volta aos lares das famílias. Mas para isso, é necessário que os responsáveis políticos do país e do concelho pesem bem as suas opções, isto é, se a banca dá apoio, se é aos patrões ou aos trabalhadores. -----

Esperemos que façam as escolhas acertadas, no sentido de promoverem o desenvolvimento e tenham rigor e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos. Vou lembrar um exemplo da Praça Lourenço de Carvalho. Quando o Almeirinese passar naquela Praça vai pensar, nem um tapete Persa custa tanto! Isto é, vai ser o tapete mais caro dos lares Almeirinsenses. Perto de um milhão de euros. De facto, temos o direito de perguntar, e não estamos na CDU contra a requalificação urbana e as melhorias urbanas. Mas temos o direito de pensar se esta intervenção é prevista no sentido de melhorar ou promover o desenvolvimento da cidade e do concelho, do pequeno comércio, que reside nesta área, e se cria dinâmica à cidade, que traga



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desenvolvimento. É isto que julgamos, que para o futuro, todos nós temos a responsabilidade de reflectir melhor. -----

Para terminar esta intervenção e para iniciar o novo ano com um pouco mais de optimismo, gostava de deixar duas boas novas, no entender da CDU, para o nosso concelho. A primeira, é divulgada nesta sala pela primeira vez, é que o nosso concelho está desde Setembro, deste ano, graças aos “Verdes”, mais rico em património com a classificação de duas árvores como exemplares de interesse público. Este é um comunicado do Ministério da Agricultura que informa que “comunicasse pelos avisos número dez e onze de vinte e três de Setembro, publicados na sua página da internet da Alta Autoridade Florestal Nacional, que foram classificadas de interesse público as seguintes árvores do concelho de Almeirim, propostas pelo Partido Ecologista “Os Verdes”. Trata-se da Tília do cemitério e a bela sombra que está à entrada da Alorna. Ao deixar esta informação não posso deixar de lembrar os antigos membros desta Assembleia, e dar a conhecer aos novos, o facto que em Junho de dois mil e seis, uma representante da CDU, avançou com uma proposta, no sentido que a Assembleia recomendasse à Câmara para que avançasse com o processo de classificação. Infelizmente, por parte da Bancada do Partido Socialista, este assunto baixou à Comissão e quando voltou à Assembleia foi para ser chumbado. Felizmente a insistência dos “Verdes” e da CDU em defesa do património deste concelho e o reconhecimento da validade das nossas propostas por outras entidades, já deu vários resultados positivos. Este é mais um exemplo a somar, nomeadamente às escavações arqueológicas do Paço Real de Almeirim, que permitiram por a nu a galeria pela qual se podia fugir do Paço. Esperamos que agora estes dois exemplares sejam devidamente identificados com uma placa identificadora. -----

Os Almeirinsenses agradecem e seguramente que ficaram contentes. A segunda boa nova, e esta já é do conhecimento público, é obviamente a queda do concurso da chamada “prisão de Almeirim”. A CDU contestou desde a primeira hora este empreendimento, pela sua localização e crime ambiental que representava, quer pela falta de bom senso pelo ordenamento do território, devido à desadequação do espaço e localização desta infra-estrutura. Por tudo isto, nós consideramos que a queda deste concurso é a oportunidade para repensar a localização deste empreendimento. É nisso que nos vamos empenhar em Almeirim, e junto do Governo. -----
Muito obrigado Senhor Presidente, pela tolerância que nos concedeu. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Quando leio o articulado do Regimento, verifico que existe uma série de itens que estão a ser invertidos, ou não... confusão das entradas dos requerimentos/propostas que surgiram. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Está-se a referir a que assunto em concreto? -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Alínea a), “apreciação das actas”; alínea b), “leitura resumida do expediente”; alínea c) “apreciação de assuntos de interesse local”; Neste momento não sei o que estou a discutir. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» No início da Sessão, foram apresentados vários documentos, para cuja discussão se abriu e fazendo as actas parte da Ordem de Trabalhos, até porque o ponto número dois da Ordem de Trabalhos é a apreciação, discussão e votação das actas. Assim, neste momento, nós estamos a discutir “assuntos de interesse local”. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Vou fazer eco de uma situação que é comum a ouvir-se em todo o lado, que são as queixas permanentes das pessoas em relação à tarifas pagas nas Águas do Ribatejo. Vou dar um exemplo de um consumidor pequeno, em que antes desta situação, em Março de dois mil e nove pagava dez euros e sessenta e um cêntimos e, que depois disto, passou a pagar em Agosto, vinte e dois euros e dezassete cêntimos e por aí adiante. Ou seja, as pessoas queixam-se que estão a pagar tarifas de água exageradas, isto é, mais do dobro do que era comum pagarem. Queixam-se também de que não entendem bem o porquê. Creio que aqui cabe uma explicação maior sobre aquelas facturas. As leituras são feitas trimestralmente e quando as pessoas pagam a sua factura mensal, elas não sabem exactamente o que estão a pagar. Ficam com dúvidas sobre que escalões estão a pagar e façam com dúvidas no que vem na factura. Estas pessoas estão inquietas. Por isso estou a fazer eco de uma queixa generalizada e a chamar a atenção da Assembleia e do Executivo para a necessidade de uma explicação à população do concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM»» Boa noite a todos os presentes. -----

Gostaria de congratular o Senhor Deputado da bancada da CDU, pela nossa tília ser considerada de património local. Porém, esqueceu-se que a Tília é património da Junta de Freguesia de Almeirim e não da Câmara Municipal. Quando recebemos a comunicação da Direcção Geral de Agricultura, devolvemos o processo, que dada esta imprecisão. Realço o facto, de que toda a Junta está satisfeita. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DE JUNTA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM »» Boa noite a todos. -----

Aproveito este momento para desejar a todos um Bom Ano de dois mil e dez. A minha intervenção divide-se em duas partes. A primeira é uma proposta de louvor à Associação Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, pela comemoração do seu vigésimo quinto aniversário. A segunda parte, e pegando nas palavras da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que diz que estamos “mais ricos”, lamento informar que estamos muitíssimo mais pobres. Nesta última madrugada o temporal que se fez sentir na freguesia de Fazendas, dizimou centenas de sobreiros na Herdade dos Gagos. Por esta razão a freguesia, está mais pobre, e conseqüentemente a sua Junta. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. -----

Na linha de intervenção do Deputado José Manuel Sampaio sobre as águas. Na realidade é necessário dizer que a factura, que em princípio reponha os níveis de pagamento relativo aos meses anteriores é completamente impossível de interpretar. Continuo a dizer que, a adesão do concelho às Águas do Ribatejo é estrategicamente uma boa opção. Os investimentos que se vão fazer, era pouco provável que a Câmara Municipal de Almeirim os fizesse por si só. No entanto, é necessário que as Águas do Ribatejo explicitem melhor o que se cobra, e que criem um dispositivo que permita repartir os pagamentos quando eles ultrapassam os limites do normal. Por outro lado, é sabido que o preço político da água deixou de fazer sentido. A água, é, neste século um bem escasso e cada vez mais escasso. A água tem de ser paga ao preço que ela custa. Não é com preços políticos, como muitas Autarquias o faziam anteriormente e algumas saíram para o poderem continuar a fazer. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Vou intervir para informar o Senhor Presidente da Junta de Almeirim, não sei quais são os dividendos que ela pretende ficar com a Tília! Quem levantou este assunto no anterior mandato, fui eu. Lembro-me que a Bancada do PS votou contra. Lembro-me ainda que o Presidente da Junta da Raposa disse que “se a tília fosse património, na sua freguesia, havia mais árvores na mesma situação, ou até mais velhas. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE ALMEIRIM »» Naturalmente que dividendos com a Tília não se obteve. O que tiramos da tília, são as sombras que ela oferece às pessoas que visitam aquele local. Quanto ao sentido da votação na altura, deveu-se à forma como foi apresentada a proposta. Quando aquela tília tiver necessidade de fazer algum tratamento, gostava de saber como é que vai ser. Se é a Junta de Almeirim que procede aos cortes, limpar as folhas, ou então quem é que vem fazer as intervenções necessárias. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Em trinta de Junho de dois mil e seis, quando a Sónia Colaço fez aqui a proposta da CDU, ela disse que esperava que este assunto fosse assim tão polémico. Esperava que aquele assunto fosse encerrado naquele dia. A CDU agradece termos um cemitério tão cuidado, até porque tem tempo para o fazer, e recebe um salário para o fazer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço que observem o respeito e não entrem em diálogo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) - Não sei se foi lapso dos “Verdes”, que quando fizemos a informação, é possível que tenhamos referido que o cemitério é municipal, mas também devo dizer, se nesta Assembleia se aperceberam que o cemitério não estava no património da Junta, mas sim no da Câmara, foi graças à CDU. Foi a CDU que despoletou essa situação de colocação errada do cemitério num património errado. -----

Gosto muito de ir ao pinhal de Leiria, e encontrar lá uns quantos pinheiros classificados, gosto de ir a certos sítios do Norte e encontrar carvalhos classificados, e dá-me muito prazer ver a tília classificada juntamente com a bela sombra de Almeirim. Por tudo isto não percebo o porquê de tanto chá à volta da Tília. -----

Relativamente à questão colocada no ofício que tenho em meu poder, diz que “A Junta pode fazer todas as intervenções necessárias para a sua conservação, porém deve, primeiro informar a Direcção de Agricultura de quando e como o vai fazer”. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE ALMEIRIM »» Não foi pelos “Verdes” que a Tília manteve o aspecto que actualmente tem. No entanto, reconhecemos o facto da sua classificação, embora saibamos que há muito tempo aquela árvore é património de todos quantos por ali passam e usufruem da sua sombra. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Ultrapassado o assunto da Tília, à qual desejo muitos e bons anos, pergunto à Assembleia se há mais alguém interessado em intervir. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente, não sei se tenho direito de usar da palavra antes da Ordem do Dia, mas se tiver gostaria de o fazer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A resposta a questões expostas e dirigidas ao Executivo, com toda a certeza que o pode fazer. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de me referir a algumas questões que foram aqui feitas, porque também tenho a minha opinião por elas, e algumas notícias boas a dar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A primeira tem a ver com a da Praça Lourenço de Carvalho e a sua relação com o comércio local. Eu acho que todos os presentes nesta sala têm reparado que a requalificação das várias cidades do nosso país tem vindo a beneficiar da iniciativa das autarquias e, essa requalificação é feita fundamentalmente para dignificar o centro das cidades, dignificando o património que envolve as praças que entretanto são requalificadas. Isto, quer o património construído e habitacional, quer aquele que permite aos comerciantes estarem situados numa praça bem mais aprazível, apelativa, e que valoriza o seu comércio. A intervenção na Praça Lourenço de Carvalho, foi feita com este objectivo. -----

Quero dizer, que para além de todas as críticas que tenho ouvido, felizmente de pouca gente, orgulho-me muito do trabalho que está lá a ser feito. -----

Em relação à classificação da tília, permita-me que emita uma opinião que vai de certo contra a opinião do meu camarada Presidente de Junta de Freguesia de Almeirim, quando ele diz que a tília é da Junta de Almeirim. Quero-lhe dizer que na discussão passada sobre o problema da classificação da tília, também me pronunciei contra, pela mesma razão que hoje o voltaria a fazer. Isto, porque aquela tília tem um estatuto e uma imagem para Almeirim, que é património de todos os Almeirinsenses e ninguém se pode arrogar que fez alguma coisa por ela. Porque se alguém o fez, foi ela própria, foi atingir aquela dimensão, e aquela imagem, como árvore que a todos nos dignifica. Não conheço ninguém em Almeirim que pudesse fazer mal à tília. Mas, se houvesse um fundamentalismo extremo que lhe fizesse mal, não seria a classificação que o evitava. A classificação só introduz uma variante com a qual estou de acordo, é que qualquer intervenção naquela árvore, para efeitos de conservação, tem que ser feita com autorização dos Serviços Florestais. Esta classificação vai-lhe trazer uma chapa identificativa, que vai ser a primeira a ser vandalizada, mas estamos cá para ver. -----

Sobre o estabelecimento prisional, que foi feita uma proposta de congratulação pela queda do concurso. Esqueceu-se que foi dada uma conferência de imprensa hoje, pelo Dr. Rui Sá Gomes, que é o novo Director Geral dos Serviços Prisionais, que disse:” Sobre o futuro do estabelecimento prisional de Lisboa e Vale do Tejo, que irá situar-se no concelho no concelho de Almeirim, a sua construção iniciar-se à a curto prazo. -----

Porventura a prisão do concelho de Almeirim, vem a caminho. Para finalizar, propunha a um grupo desta Assembleia, que fizesse uma proposta de reconhecimento pelo facto da prisão ir avançar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Por fim, dizer que se vêem mais pessoas à porta da Câmara, uma das razões é porque há mais desempregados, mas outra das razões, é que foi introduzido um mecanismo de controlo que, obriga a que se carimbe a situação de desempregado, de modo a beneficiarem de apoio económico. Voltado às notícias, informar que por Resolução de Conselho de Ministros, o concelho de Almeirim, foi incluído no conjunto de Concelhos que vão ser beneficiados com apoio especial ao prejuízo das intempéries que recentemente se têm verificado. -----

Em relação às Águas do Ribatejo, não vou falar muito, mas pedia ao Senhor Presidente que deixasse distribuir dois documentos, um deles é uma nota de imprensa que as Águas do Ribatejo distribuíram pela comunicação social, com justificações aos procedimentos das cobranças, e, outro, um mapa comparativo dos tarifários que se estão a utilizar na nossa região. Comeste pedido, termino os meus comentários. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dado o elevado número de votos de louvor, propostas e moções, iríamos interromper os trabalhos por dez minutos, para que possamos tomar conta de todos os documentos que vamos ter de votar a seguir. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Nesse período haverá debates sobre as propostas? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Poderá haver um debate, mas que nunca poderá ser muito longo, na medida em que já ultrapassamos o tempo que deve durar este período Antes da Ordem do Dia. -----

APROVAR POR UNANIMIDADE, um intervalo de dez minutos. -----

-----Regresso aos trabalhos após um intervalo-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos então iniciar esta caminhada de votações de múltiplos documentos, e vamos começar por uma proposta de louvor, que é apresentada pelo Grupo do Partido Socialista, na qual propõe um voto de louvor à Associação Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, pelo vigésimo quinto aniversário que festejou recentemente. -----

Na sala estão presentes vinte e dois deputados. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE LOUVOR.** -----

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Em seguida vamos por à votação um voto de congratulação pela anulação do concurso para a construção da prisão, apresentado pelo MICA- Movimento Independente do Concelho de Almeirim. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) - Ia sugerir ao MICA para reformular a proposta, até porque quando se apresentam propostas, é com o objectivo de obter a sua aprovação. Ninguém apresenta um documento a dizer “ Os representantes do MICA congratulam-se”. Ou façam um texto para a Assembleia Municipal de Almeirim, em que esta se congratula, Sugeriria uma alteração ao texto, para que seja votado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora Deputada Manuela Cunha, com certeza que a sua recomendação será tida em conta no futuro, neste momento o voto de congratulação está na Mesa, e será assim que o vamos votar. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE CONGRATULAÇÃO.** -----

Deliberado rejeitar por maioria: Dezasseis votos contra do Grupo do PS, três abstenções do Grupo da CDU, Dois votos a favor do Grupo do PPD/PSD e três votos a favor do Grupo MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Os documentos que vêm à Assembleia devem estar em condições, embora pese o facto que a CDU, apesar de se abster, por esta razão, congratula-se pela queda do concurso. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Votei contra, e o meu grupo votou contra, porque entende que o MICA devia ter retirado a sua proposta, em face dos esclarecimentos da Câmara, que segundo ela, a construção da prisão será uma realidade. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A Bancada do PSD, votou favoravelmente este voto de congratulação porque como é sabido, pelas discussões anteriores, relativamente a esta situação o PSD entende que a localização não é a correcta, devido ao abate de sobeiros que implica e, porque não houve negociação de contrapartidas para o Concelho. -----

Esta semana saiu uma portaria do Estado, prorrogando o fornecimento por parte das cantinas que servem o estabelecimento prisional de Lisboa. Uma das mentiras que foi referida aquando da apresentação da prisão, “era que esta era muito boa, porque gerava emprego” e como tal deu-se a entender a algumas pessoas que seria possível



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

chegar lá com uma grade de produtos agrícolas e fazer a venda directa. Esta prorrogação é mais uma prova do contrário. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos a apresentar um voto de protesto, também do Movimento Independente do Concelho de Almeirim, devido aos brutais aumentos dos preços da água e do saneamento. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) A Bancada da CDU vai votar favoravelmente este voto de protesto, atendendo a que a factura reflecte mais aumento com esta subida de tarifários, e porque as pessoas já não entendem porque é que estão a pagar tanto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Relativamente à sua intervenção, parece-me quase uma declaração de voto antecipada. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este assunto, dos aumentos do preço da água e do saneamento, a Bancada do PSD já anteriormente tinha alertado aquando da discussão e votação das Águas do Ribatejo para os aumentos brutais que se iriam verificar no futuro, dado que o tarifário teria de convergir em cada Município até ao ano de dois mil e onze. Esta é uma consequência directa da adesão à Empresa Águas do Ribatejo. Antecipadamente, a Bancada do PSD mostrou-se desfavorável à adesão. Pelo exposto nesta votação será coerente e consequente. -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» O grupo do PS irá votar contra este voto apresentado pelo MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim, isto porque é importante dizer para desmistificar um pouco o assunto, que os aumentos brutais que se estão a falar, são de taxas do lixo, e que em termos comparativos com o que existia, temos um aumento de vinte cêntimos para o primeiro escalão, quarenta e cinco cêntimos para o segundo escalão e oitenta cêntimos para o terceiro escalão. Não nos parece que sejam aumentos brutais que são aqui invocados pelo MICA. Dizer que começa a ser altura de as pessoas entenderem que é importante as pessoas gerirem melhor este recurso, que é a água, fazendo uso das boas práticas de gestão e economia. -----

----- * **Votação da PROPOSTA SOBRE OS AUMENTOS DA ÁGUA E SANEAMENTO.** -----

Deliberado rejeitar por maioria: Dezasseis votos contra do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo MICA, dois votos a favor do Grupo do PPD/PSD e três votos a favor do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Votei contra, porque temos de nos habituar a pagar a água como um bem escasso. Devemos conter os gastos com a água. Por outro lado, temos de ter aterros organizados, e a recolha de lixo organizada. O tempo das “nitreiras” a céu aberto acabou, no entanto, esse acabar comporta custos. Há sem dúvida que pagar! -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) - A CDU votou favoravelmente esta proposta por considerar que a água é de facto essencial à vida. Considera que a poupança do recurso é fundamental à vida, tendo que se iniciar nos edifícios públicos, nos seus exemplos e na sua implementação de medidas de eficácia no sistema público. -----

-----DEFESA DA HONRA-----

ARANHA FIGUEIREDO (Vereador) »» Pedia a palavra pelo facto, que a proposta do MICA indica na sua proposta os sentidos de votação em sede de Reunião de Câmara, concretamente o voto da CDU por abstenção. Necessito de clarificar junto da Assembleia qual foi o meu sentido de voto, para que não fiquem dúvidas. -----

A primeira questão, é que não estamos a tratar de nada, relativamente a água, embora seja referida esta questão da água. Repito, não estamos a tratar do assunto “água”. Estamos apenas a tratar de uma actualização da tarifa de resíduos sólidos, e foi disso que se tratou na Reunião de Câmara. Nesse sentido, o meu voto de abstenção vai para o facto de ter verificado que as receitas dos resíduos sólidos não cobrirem nem metade das despesas que a exploração de resíduos sólidos comporta. -----

Entendo que, sendo este um serviço público, o orçamento municipal, na medida do possível não servir para financiar este tipo de serviços. Isto é, os serviços têm de ser auto suficientes. Este é um entendimento que tenho relativamente a todos os serviços que a Câmara presta, e neste não seria excepção. -----

Como há um défice significativo entre a receita e a despesa, e como não sou capaz de controlar o défice, porque esta pode não estar só no valor da tarifa, também estão em despesas de exploração e outros. Não tendo eu todos os elementos que necessitava, optei pela abstenção. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação da recomendação elaborada pelo Grupo do PS, e que diz respeito à execução de dois bustos de dois Almeirinsenses. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DE JUNTA DE ALMEIRIM »» É uma grande honra para mim, enquanto Presidente da Junta, falar destas duas figuras de Almeirim, o José Manuel “Toucinho” e o nosso querido amigo, Dr. Isabelinha. Em reunião o Grupo do Partido Socialista, decidia trazer esta proposta de recomendação à Câmara, no sentido de se poder perpetuar, para as gerações vindouras, a memória destes dois ilustres de Almeirim, através de execução dos seus bustos. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE DOIS BUSTOS.** -----

Deliberado aprovar por unanimidade: -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação da proposta da CDU, relativa às barreiras arquitectónicas, nomeadamente as entradas das garagens da Zona Norte, que constituem um eminente perigo público para as crianças e pessoas invisuais. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO RELATIVA ÀS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS.** -----

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos votar outra proposta de recomendação, formulada pelo grupo do PS, na qual propõe que esta Assembleia recomende à Câmara, que ela celebre um Protocolo com a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo de viabilização financeira no valor de vinte e cinco mil euros. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Foi distribuído por todos os grupos um documento da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, exactamente com este tema. Penso que este documento vai ser discutido no ponto de “assuntos de interesse municipal”. -----

Penso que esta proposta de recomendação devia ser apensa a esse documento, e nessa altura discutíamos e falávamos deste assunto. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE ALMEIRIM »» Gostaria de dizer que esta proposta de recomendação à Câmara, por mim, na qualidade de Presidente da Junta, teria o meu voto favorável. Naturalmente quem entra numa Junta, sem saber por onde deve começar a tomar conta dos dossiers, e sem dinheiro, conseqüentemente sem disponibilidade de fazer pagamentos, deve viver dias muito complicados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) - Foi levantada uma questão relativamente a documentos que foram distribuídos, e que a nossa Bancada não tem conhecimento. ---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Os documentos que foram referidos pelo Deputado José Manuel Sampaio, foram distribuídos na Comissão Permanente. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Sobre esta proposta de recomendação, devo dizer que é bastante caricata a apresentação de uma proposta nestes moldes. Fico surpreendido pelo facto de vir a esta Assembleia um pedido de atribuição de dinheiro a uma Junta de Freguesia, e que o mesmo tenha de ser por escrito, pois já ouvi por diversas vezes aqui dizer por Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho que “Quando necessito de alguma coisa, vou falar com o Presidente da Câmara”. Estou surpreendido pelo facto de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, ter de vir à Assembleia fazer um pedido por escrito. Sobre o montante, não conheço, não ponho em causa. O que acho que devia haver, dado que há aparentemente suspeitas de irregularidades era uma auditoria externa, e que em resultado dessa fossem então tomadas as medidas apropriadas. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Tanto quanto eu sei, a câmara não pode transferir verbas directamente. Pode financiar actividades, mas não desta maneira. Portanto, este tipo de recomendação não tem sentido. Por isso, é que recomendo que esta proposta que esta proposta seja apenas aos assuntos de interesse municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Já que recomenda por duas vezes a mesma coisa, tenho de lhe dizer que recebo todas as propostas de recomendação, são todas discutidas em igualdade, e votadas em igualdade. O facto de as actas serem votadas e aprovadas, não faz com que o Executivo as execute. -----

PRESIDENTE DE JUNTA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Gostava de pedir à Mesa da Assembleia, para que fizesse uma pergunta à Bancada da CDU: se tivesse setecentos e vinte e seis euros e setenta e três cêntimos, para pagar em vencimentos cinco mil e quinhentos e vinte e seis euros, o que faria? -----

Não será este o local próprio para discutir este assunto? Se estivessem a receber ameaças de credores, nomeadamente do Tribunal o que fariam? Iam para a porta do Senhor Presidente? Esta é a razão que me levou a redigir esta recomendação. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO COM A JUNTA DE BENFICA.** -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Deliberado aprovar por maioria: Dezasseis votos a favor do Grupo do PS, três abstenções do Grupo MICA, duas abstenções do Grupo do PPD/PSD e três votos contra do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) - Acho que ao longo dos anos, a Bancada da CDU, tanto na bancada da Assembleia, como os seus representantes na Câmara, ao longo dos anos nunca recusaram aprovar verbas de apoio às actividades, ou às aquisições das Juntas de Freguesia. -----

Pelo contrário, sempre defendemos as transferências de mais verbas para as freguesias, sem excepção. No entanto, não podemos aprovar, dar o nosso voto favorável a esta recomendação, tal como vem apresentada, pelo facto de existir uma ilegalidade na forma processual. A Câmara não pode transferir verbas para cobrir a tesouraria da Junta. Se entenderem que tudo deve ser votado com meia bola e força, como ao longo dos anos, a CDU entende que não deve ser. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Peço à Senhora Deputada que refreie um pouco a sua linguagem. Porque na verdade o que pediu foi para fazer uma declaração de voto, e ultrapassou em muito o tema. Peço-lhe que nas próximas intervenções seja um pouco mais comedida. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O teor das nossas declarações de voto, nós somos responsáveis por elas, e não temos censura ao seu teor. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Quando se utiliza uma linguagem menos própria, esta é passível de censura. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PRESIDENTE DE JUNTA DA RAPOSA »» Estou na Freguesia de Raposa, na qualidade de Presidente há vinte e dois anos, nunca me surgiram situações desta natureza, porque na altura em que fui eleito, o orçamento da Junta era de quinze mil escudos. Actualmente o nosso orçamento ronda os duzentos e cinquenta mil euros. Isto para dizer que apoio esta recomendação e lembrar à Deputada da CDU, que a proposta apesar de escrita manualmente, diz que é um “protocolo”, logo não vejo que haja alguma ilegalidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Vamos passar para outro voto de recomendação, que é proposta pelo MICA, na qual propõe que seja elaborado um Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- * Votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO DE SUBSÍDIOS. -----

Deliberado aprovar por maioria: Onze votos a favor do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo MICA, dois votos a favor do Grupo do PPD/PSD e três votos a favor do Grupo da CDU. Três abstenções do Grupo do PS. Um voto contra do Grupo do PS.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Estou surpreendido pela positiva, com o resultado desta votação. O PSD noutros mandatos, tem referido por diversas vezes que devia existir um regulamento como o que aqui hoje foi proposto. Parece que na Bancada do PS actualmente há membros que concordam com a sua existência. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Votei favoravelmente este voto de recomendação, uma vez que se trata simplesmente de uma recomendação à Câmara. A consistência que me levou a votar favoravelmente, foi precisamente a primeira parte desta recomendação. Não me repugna absolutamente nada, que seja criado no seio do Executivo, um Regulamento Municipal de atribuição de subsídios. No entanto, gostaria que este Regulamento Municipal fosse criado, incluindo uma Comissão, criada no seio desta Assembleia, para acompanhar e definir os critérios dessa Comissão. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL CUNHA (Grupo da CDU) »» O Grupo da CDU, votou a favor desta recomendação, continuando com a coerência que sempre teve sobre esta matéria. Há oito anos, foi aprovada uma proposta do género, por unanimidade, mas nunca cumprida e executada. Esperamos que desta vez esta recomendação tenha mais sucesso. Por fim, dizer que a ideia da Comissão para tratar deste assunto, não é do desagrado da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Temos aqui mais uma recomendação, que entendemos que não deve ser votada, embora seja enviada à Câmara. Porque o orçamento para dois mil e dez já foi aprovado na Câmara, pelo que a construção de um canil/gatil, será possível através de uma revisão do orçamento. -----

Existe ainda um outro voto de recomendação, também do MICA, para que no orçamento para dois mil e dez, seja previsto o alcatroamento da Rua da Ajuda e Sá da Bandeira, em Fazendas de Almeirim. A conclusão da Rua Moinho de Vento à Estrada



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Municipal que liga as Fazendas a Paço dos Negros e a recuperação do pavimento na Estrada Municipal, que liga Paço dos Negros a Marianos. -----

PRESIDENTE DE JUNTA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM »» Gostava de levantar uma questão ao Grupo do MICA, se sabem onde fica a Rua da Ajuda e Sá da Bandeira, em Fazendas de Almeirim? Quero informar que já há alguns meses que estas ruas estão a sofrer obras de alcatroamento. Só depois de concluído o saneamento básico é que se procede ao seu alcatroamento. Não entendo o porquê de uma recomendação de uma coisa que está a ser feita. A segunda situação, é a conclusão da Rua Moinho de Vento à Estrada Municipal que liga as Fazendas de Almeirim a Paço dos Negros. O que penso é que queria dizer algumas ligações deviam ser alcatroadas, já que as ligações estão feitas em terra batida. -----

-----INTERPOLAÇÃO-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que não se devia votar a recomendação do canil/gatil, porque não está incluída no orçamento de dois mil e dez. Só que esta recomendação inicia-se com o mesmo texto da anterior. Penso que as duas deviam ter o mesmo tratamento. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O que acontece em relação ao canil/gatil, não está previsto nem contemplado no orçamento. No que diz respeito às ruas, estão prevista e contempladas no orçamento para dois mil e dez. -----

----- * **Votação da PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO SOBRE O ALCATROAMENTO.** -----

Deliberado rejeitar por maioria, uma Recomendação à Câmara Municipal de Almeirim, para que fosse previsto no Orçamento da autarquia, para 2010 o alcatroamento e recuperação do pavimento de algumas ruas. Dezasseis votos contra do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo MICA, dois votos a favor do Grupo da CDU e duas abstenções do Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Esta proposta parece mais uma tentativa de apropriação de trabalho da Câmara e Junta de Freguesia do que uma ideia original do MICA, por essa razão votei contra. -----

-----ORDEM DO DIA-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Vamos passar ao Período da Ordem do Dia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO UM – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» No ponto um e dois da Ordem de Trabalhos, estão as discussões e votação das actas. A primeira referente à Sessão de trinta de Outubro de dois mil e nove, e a segunda referente à Sessão da assembleia Municipal Extraordinária de vinte e sete de Novembro. -----

----- * **Votação da acta de trinta de Outubro de dois mil e nove.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta: catorze votos a favor do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo MICA, dois votos a favor do Grupo do PPD/PSD e duas abstenções do Grupo do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» A minha abstenção tem a ver com o facto de não ter estado presente nesta Sessão. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

Declaração de Voto Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim - A minha abstenção, é pelo facto de ainda não ter sido empossado. -----

PONTO DOIS - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Na página cinco diz o seguinte: “tratasse da Sessão de tinta” penso ser um erro ortográfico, onde se lê “tinta” deve ser “trinta”. Queria aproveitar o momento para lembrar que a CDU, fez uma chamada de atenção em relação às actas do Executivo Municipal, pelo que vemos com agrado, que as mesmas foram distribuídas, embora tardiamente. Para nós termos oportunidade de tomar conhecimento do conteúdo das mesmas, naturalmente que as mesmas deviam ser entregues com mais tempo. Espero que em próximas Assembleias, estas actas sejam distribuídas, pois estão sempre relacionadas com os assuntos que aqui vamos discutir. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Fiz algumas correcções à acta que entreguei ao secretariado da Assembleia. Penso ser correcto dizer a todos que a acta que se está a provar contém algumas alterações. Aproveito para informar que as actas estão



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

na internet, algumas foram publicadas com as alterações. Isto é, está o texto inicial, e ao lado as alterações propostas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Vamos ter em conta as recomendações que fez. ---

----- * **Votação da acta de vinte e sete de Novembro de dois mil e nove.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta: Quinze votos a favor do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo MICA, dois votos a favor do Grupo do PPD/PSD, três votos a favor do Grupo da CDU. Uma abstenção do Grupo do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» A minha abstenção deve-se ao facto de não estar presente neste reunião. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pedia ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse a normal introdução do assunto relativo ao ponto três da Ordem de Trabalhos.

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O que podia dizer seria repetir o que está na informação escrita. Reservo para o fim, comentar alguma opinião ou intervenção que a informação escrita possa suscitar nos Senhores Deputados Municipais. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de prosseguir, queria informar que informação escrita, Paço dos Negros, está com letra minúscula, pese embora o facto e de maneira alguma diminuir a localidade. Espero que em próximas informações possamos ser um pouco mais rigorosos na forma como apresentamos as coisas. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Relativamente a esta informação escrita, o que me compete referir, é que não foram cumpridas as normas legais relativamente ao facto de não haver uma informação completa e rigorosa sobre os recursos hierárquicos e os processos judiciais pendentes. Do mesmo modo, relativamente à informação financeira, que constitui o relatório do auditor externo, também nada nos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

foi facultado. No que diz respeito aos fluxos de caixa, num mapa é indicado o montante de dívidas, sem referência à antiguidade dos saldos, às condições de pagamento acordados com os mesmos. -----

Trata-se assim, de uma informação insuficiente para se realizar qualquer análise em rigor. -----

Igualmente nada é dito, no que diz respeito a empréstimos bancários e o respectivo serviço de dívida, o que impede a avaliação da capacidade de endividamento do Município, bem como a actual quantificação do montante objecto de orçamento. -----

Considerando ainda elementos que recolhemos anteriormente, relativamente ao orçamento de dois mil e nove, para podermos fazer uma análise comparativa, verificam-se significativas discrepâncias entre os valores aí indicados no mapa da informação do Senhor Presidente. -----

LUIZ INÊS Grupo do PPD/PSD) »» O grupo de deputados municipais do PPD-PSD congratula-se com o prémio atribuído ao nosso Município, “Melhor Autarquia no Desporto Escolar na Área da Região de Lisboa e Vale do Tejo”. -----

Questão: -----

Quais as actividades desenvolvidas pela Autarquia que levaram à atribuição desse galardão? -----

Fundamentação: -----

A designação Desporto Escolar está enquadrada pelo Decreto-lei número noventa e cinco barra noventa e um de vinte e seis de Fevereiro, nomeadamente no seu Artigo cinco, pontos UM e DOIS, definindo Desporto Escolar como “o conjunto das práticas lúdico-desportivas e de formação com objecto desportivo desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres (...) integrados no plano de actividades da escola e coordenadas no âmbito do sistema educativo. “ O Desporto Escolar desenvolve as suas actividades nas escolas dos segundos e terceiro ciclos do ensino básico e nas escolas do ensino secundário”. No ponto TRÊS do referido Decreto-lei refere ainda que no “âmbito do primeiro ciclo, as actividades lúdicas de iniciação desportiva integradas no âmbito dos programas de Educação Física da respectiva área curricular ou articuladas com estes”. -----

No que concerne à Inserção Institucional, no seu Artigo seis, refere que a nível local, o Desporto Escolar organiza-se sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de administração e gestão; a nível regional, insere-se nas estruturas regionais do Ministério da Educação definidas no Decreto-lei número trezentos e sessenta e um



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

barra oitenta e nove; e a nível central, o Desporto Escolar é da responsabilidade da Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário. -----

Por conseguinte, a única possibilidade de intervenção neste âmbito por parte da Autarquia, prende-se com as competências de apoio a estas iniciativas da responsabilidade das escolas e enquadradas pelo Ministério da Educação, nomeadamente através da Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, Artigo treze, alínea d) e Artigo dezanove, alínea e) “apoiar o desenvolvimento de actividades de complemento de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico”. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) - Quero dizer que esta informação escrita, mais uma vez não cumpre a lei. -----

Está estabelecido na lei, que o Presidente do Executivo deve enviar uma informação escrita, e que com a mesma deve acompanhar uma lista com os processos judiciais, de acordo com o número quatro do artigo sessenta e oito da Lei das Autarquias Locais. De igual forma, deve-nos permitir acompanhar com informação útil da Câmara, os resultados das associações, empresas, fundações... Devo recordar que nos compete acompanhar e fiscalizar as actividades da Câmara, serviços municipalizados, fundações e empresas municipais. -----

No passado, nunca foram apresentadas as contas destas instituições que referi. -----
Sobre o relatório do IGAL, aparentemente concluído, achamos que o mesmo devia ser distribuído para se tomar conhecimento. O que não devia acontecer, é nós sabermos através do jornal “Público” que a Inspeção Geral da Administração Local, propôs há oito meses atrás perda de mandato do Presidente da Câmara de Almeirim, Sousa Gomes, e que este processo esteve adormecido cerca de oito meses nos gabinetes governamentais e que foi despachado no passado dia catorze. -----

Estive a citar o primeiro paragrafo, de uma noticia que saiu esta semana no Jornal “Público”. Este assunto é relevante para a apreciação da informação escrita. Significa que a Inspeção detectou irregularidades graves. -----

Para terminar, relativamente às contas em anexo, devo dizer que sendo as contas apresentadas com a data de dezasseis de Dezembro de dois mil e nove, é preocupante que as receitas correntes estejam já totalmente executadas, cem virgula quatro por cento. No entanto, apesar das despesas correntes estarem executadas em oitenta e seis virgula dois por cento, estas são já superiores às receitas correntes, faltando ainda quinze dias de despesas muito maior será o défice estrutural. Quanto às despesas de capital, a percentagem de realização é de quarenta e oito virgula três



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

por cento. Aquilo que nós temos vindo a dizer, é que esta percentagem seria baixa, aqui temos mais uma vez sua confirmação. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» No nosso entender a informação escrita deve ser para informar um conjunto de situações e não enumerá-las. Por isso vou formular algumas perguntas, que espero, numa próxima Assembleia vir a ter resposta, caso o Senhor Presidente da Câmara não esteja em condições de me responder. Pergunto ao Senhor Presidente qual o custo de demolição da zona junto ao cruzamento da Rua de Alpiarça com a Rua Conde da Taipa. O que a CDU quer saber, é qual é o valor de renda que vamos pagar daqui a quatro anos, que é o direito de tempo de utilização que nós temos. -----

- Gostaríamos de saber qual a localização da Estação de Tratamento e da Estação Elevatória de Paço dos Negros. Referiu aqui que foi adquirido um terreno. Gostaríamos de saber qual a sua localização para ver se ele se adequa aos ditos equipamentos. -----

- Pode-se ler em determinada altura da informação escrita “acabaram as negociações para aquisição dos terrenos na Rua Bernardo Gonçalves”. É uma dúvida que eu tenho, até porque aqui fala em parque de estacionamento e no PPI e no orçamento é referida a palavra “silo”. Gostaria de saber, afinal se a intenção é de construir um silo. -----

Em nome da CDU, congratulo-me pelo prémio obtido ao desporto escolar. Sobre o Parque Lourenço de Carvalho, não vamos fazer observações, porque já as fizemos. Para terminar, em relação às empresas gostaria de conhecer o ponto da situação em relação ao gás natural. No primeiro ano do mandato que exerci como Vereadora, estava previsto a cobertura da cidade com gás natural. Actualmente encontra-se tudo a “meio gás”. O que solicito é uma informação sobre este assunto. -----

Por outro lado, julgo que esta Assembleia, tem o direito de saber uma coisa, que só soube porque agora estou com outros elementos desta Assembleia na CILMT. Que de facto existe um processo em Tribunal contra as Águas do Ribatejo, que pode levar à banca rota todos os Municípios. Por isso, acho que esta Assembleia, tem o direito a saber o ponto da situação. -----

PRESIDENTE DE JUNTA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM »» Quero referir algumas carências na informação escrita. Isto é, não está referida a conclusão da Rua António Luís Vargas e o Beco dos Leandros. Esta é uma carência de informação que não posso perdoar. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) »» Para além dos Senhores Deputados da oposição que se congratularam, e todo o grupo, pelo galardão do prémio - melhor Autarquia no desporto escolar - na área da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os meus parabéns e de todo o grupo. Por outro lado, congratular-me que tenha sido aprovado em Reunião de câmara o projecto da rotunda para as fazendas de Almeirim. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» Para quem me conhece, sabe que não estou habituada a andar de automóvel dentro da nossa cidade. Fiquei agradavelmente admirada com a capacidade no parque de estacionamento, estou a falar do Parque da Rua Bernardo Gonçalves. Gostava de referir o primeiro ponto da segunda página, que tem a ver com a reconstrução de várias casas degradadas. Gostaria de louvar alguma contenção que houve este ano nas iluminações de Natal. Penso que assinalar a data é importante, embora com contenção. Por fim, falar de um assunto que me diz mais particularmente, por estar ligada ao ensino. Isto é, estou a falar da melhor Autarquia no desporto escolar. Este prémio tem a ver com o facto de esta Câmara ter feito e continuar a fazer um acompanhamento positivo às escolas do Concelho. Finalmente, manifestar o meu agrado pelos Centros Escolares, que estão em bom ritmo na sua construção. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para tecer os comentários que entenda, relativas às diversas intervenções dos grupos. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não tenho muitas respostas a dar, até porque as questões são quase todas dirigidas a empresas, e são elas que devem responder, para que eu não caia em alguma imprecisão. No entanto, há uma questão que foi levantada pelo Senhor Deputado do PSD, sobre a atribuição do prémio do desporto escolar, que eu só lamento não responder, porque não fomos notificados dos critérios que levaram a seleccionar os premiados. Sabemos que em cada uma das três regiões, norte, centro e sul, foram distinguidos alguns elementos considerados de destaque. Entre as autarquias, fomos nós na região de Lisboa e Vale do Tejo. Mas, efectivamente não fomos notificados dos critérios. -----

Em relação às perguntas da Senhora Deputada, vou receber através da Mesa, pelo que consultarei as empresas que estão na génese dessas questões para poder apresentar a resposta por escrito. No entanto, fico com a responsabilidade de lhe responder sobre o significado do silo, e para isso, vou consultar o dicionário para não me enganar daquilo que é realmente o significado de "silo". -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre a notícia do jornal “Publico”, que eu não li, aprez-me registar que anuncia para já a minha passagem à reforma, portanto, vou descansar. Tenho pena que esse anúncio não tenha sido antes do dia onze de Outubro, que outros tirariam muito mais proveito dessa notícia. Saber que vou descansar é uma ideia que me traz tranquilidade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Algumas questões foram respondidas, outras registei, e vou procurar trazer essas respostas à Assembleia. -----

Vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. Isto é, “apreciação, discussão e votação do Plano e Orçamento para dois mil e dez. -----

PONTO QUATRO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO “PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E DEZ” AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO SESENTA E QUATRO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUATRO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -Para que o orçamento possa entrar em vigor em Janeiro, solicita-se que a votação seja feita por minuta. -----

-----INTERPOLAÇÃO-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Quero chamar a atenção para o facto de que neste ponto a fundamentação legal não deve referir o artigo das competências da Câmara Municipal, mas sim o das competência da Assembleia Municipal, isto é, a alínea b) número dois do artigo cinquenta e três. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» No Edital estão invocados os pontos certos. Vou pedir ao Senhor Presidente da câmara que fizesse a introdução do ponto, para que de seguida se passe à sua discussão e votação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A Assembleia está apreciar os dois documentos, Plano e Orçamento, que são no fundo a base da orientação da actividade da Câmara para dois mil e dez. Gostava de salientar dois ou três aspectos. -----

O nosso orçamento apesar das dificuldades económicas com a diminuição da receita e dificuldade em executar, sobretudo em investidos. Apesar disso, o nosso orçamento apresenta comparativamente com o orçamento de dois mil oito, um acréscimo de dois milhões e cinquenta mil euros. Tendo consciência de que não se trata de investimento a realizar pela Câmara, mas pelo facto da área de abastecimento público de águas e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

saneamento terem saído do nosso Plano e Orçamento, e terem passado para actividade da empresa Águas do Ribatejo e à qual pertencemos, e que temos as nossas responsabilidades, eu foco na minha introdução o conjunto dos investimentos que esta empresa vai fazer no nosso concelho, no total de oito milhões seiscentos e quarenta e dois mil e quinhentos euros, em áreas nobres, como sejam o de abastecimento público de água e saneamento. -----

Se juntarmos esse investimento, ao acréscimo para o nosso próprio orçamento, apresentamos um acréscimo em relação a dois mil e nove, de cerca de dez milhões de euros. Acho que isto é, substancialmente relevante para nós estarmos neste momento a apresentar um documento que nos satisfaz. Gostávamos de muito mais, mas satisfaz-nos na sua essência. -----

Continuamos a por a tónica na educação, com os Centros Escolares que estão em construção. Temos em mira a construção do novo troço da circular urbana. Continuaremos a valorização das casas degradadas de pessoas pobres. É uma medida social de grande alcance. A regeneração urbana também está nos nossos propósitos, e temos alguns espaços com alguns projectos, para requalificar, para além da requalificação do parque desportivo. Referi apenas alguns aspectos focados no Plano. Peço ao Senhor Presidente, no que diz respeito ao orçamento, como sempre acontece, permita que os dois técnicos que estão presentes, Dr. Xavier e Dr. João Magalhães, que tiveram uma acção determinante na elaboração da parte do orçamento, possam vir a esclarecer alguns aspectos que sejam colocados pelos Senhores Deputados. No que diz respeito ao mapa de pessoal, que é parte integrante dos documentos que estão presentes em apreciação que aparece com grandes alterações que resultam fundamentalmente do facto de se abrirem lugares que previsivelmente vão ser sujeitos a concurso com a possibilidade do pessoal da ALDESC poder vir a concorrer, e também integração dos funcionários que foram transferidos através do protocolo com a DREL. Isso aumentou substancialmente o nosso mapa. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Relativamente à proposta apresentada, e face à pouca experiência que tenho nesta matéria, procurei comparar valores entre o orçamento do exercício do ano anterior e o proposto, no entanto, face às dotações, relativamente ao que foi projectado em dois mil e nove, tenho algumas dificuldades em perceber as variações em determinadas verbas que têm algum significado. -----

Relativamente ao valor de crescimento de receitas e despesas, já foram referidos, logo, não faz sentido voltar a falar. No entanto, há algumas questões singulares que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

nos deixam, e que gostaríamos de perceber. Em determinada altura fala-se numa acção de financiamento de actividades culturais com uma verba, cerca de cento e oitenta mil euros. Não creio esteja referido quais sejam. Há uma outra acção, apoio a internamentos a centros de atendimento, que tem uma verba de duzentos e cinquenta euros, que não sei se é erro ortográfico ou engano. Parece-me descabido dada a abrangência que devia ter. Ao nível do PPI, há algumas situações que merecem um reparo especial, concretamente a questão da requalificação do mercado municipal, que tem uma verba inscrita de novecentos e setenta mil euros, até dois mil e onze, sendo que apenas vinte mil euros previstos para dois mil e dez. Sobre esta questão, acho que insiste na requalificação do mercado sem atender à radical e irreversível mudança de hábitos de consumo. Perdoem-me a expressão “acho que é miopia”. O edifício do mercado poderá ter múltiplos aproveitamentos no futuro, mas nunca a perpetuar uma forma de comércio, que na prática já não existe. Quanto à valorização da zona dos restaurantes, com um investimento total previsto de duzentos e setenta mil euros, concentrando-se a maior fatia em dois mil e onze. A valorização por si só é uma boa ideia. Tem no entanto de ser integrada num plano mais vasto de incentivo às actividades económicas locais, nomeadamente ao nível do comércio tradicional. É possível imaginar que passam naquele local dez a quinze mil pessoas por semana, com base nas utilizações de multibanco daquela zona. Esta zona tem um potencial enorme para ajudar a projectar Almeirim para o exterior. Também neste caso, com um adequado planeamento de acções a desenvolver e entidades a envolver. Pode parecer muito ambicioso, mas é provável que no futuro possamos ter naquele local uma verdadeira sala de visitas de Almeirim. O mercado municipal recuperado como mercado municipal, é um erro. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este orçamento e Plano para dois mil e dez, apraz-nos dizer que o que nós temos aqui, acaba por ser no fundo um bocadinho mais do mesmo. Ou seja, em termos de desenvolvimento estrutural e social do Concelho de Almeirim estas propostas acabam por ser recorrentes, já vêm de outros anos, de outros mandatos. No fundo, quem é do concelho de Almeirim, é que não ouviu falar de um parque de habitação social, ou até de outros projectos, do tipo, ligação da Vala ao Tejo, quem não ouviu falar de várias ETAR'S em várias localidades do concelho de Almeirim ou até mesmo da conservação e limpeza da Vala de Alpiarça. No entanto, parece que os temas e os problemas são sempre os mesmos. Penso que posso caracterizar este orçamento como “mais do mesmo”. Assim, o Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

previsionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e dez, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população. -----

No início deste mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam do mandato anterior, sem que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. Veja-se, por exemplo, o parque de habitação social, a ligação da Vala de Alpiarça ao Rio Tejo, Plano de Pormenor para a freguesia das Fazendas de Almeirim, as ETAR'S do Concelho de Almeirim e a conservação da Vala de Alpiarça. -----

A poluição da Vala de Alpiarça mantém-se. Apesar da Câmara orçamentar verbas para a limpeza da mesma, não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública. -----

No quadro do relacionamento entre o Município e as Juntas de Freguesia, verifica-se que a Câmara Municipal deveria reforçar, mediante protocolos, as competências destas autarquias, dada a sua proximidade junto das populações. A Câmara Municipal distancia-se das Juntas de Freguesia, mantendo praticamente inalteradas as transferências correntes para as freguesias na ordem dos duzentos e trinta e um mil euros, não efectuando qualquer correcção monetária o que, para o PSD de Almeirim pode colocar em causa o cumprimento, por parte das Juntas de Freguesias, das competências delegadas pela Câmara Municipal. De igual forma as transferências de capital para apoiar investimentos das freguesias mantêm um montante muito baixo de apenas oitenta mil euros. -----

A problemática social presente, quer pela mais crescente e evidente sinais de pobreza de precariedade familiar e social, quer pela quantidade de famílias assoladas pelo problema crescente de desemprego, é claramente insuficiente. A cabimentação inscrita em orçamento representa dois virgula três por cento do orçamento total e seria menor (dois virgula dois por cento) se retirássemos as iniciativas pontuais e pouco representativas em termos de apoio efectivamente social que são as Festas do Idoso nas Freguesias e Festa de Natal. -----

Da análise dos números, concluímos que o aumento relativamente ao orçamento de dois mil e nove se faz, na parte da receita, à custa das transferências correntes do Estado em cinquenta e dois por cento (setecentos e dois mil euros), do aumento dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

resíduos sólidos em quarenta e oito por cento (duzentos mil euros) e de um aumento endividamento em setenta por cento (um milhão de euros). O PSD de Almeirim não acredita que, na actual conjuntura económica vivida em Portugal, se consiga aumentar as receitas como a Câmara prevê, muito menos podemos aceitar que estejam previstos aumentos deste nível nas tarifas de resíduos sólidos à custa dos cidadãos. --

- Como é possível que se preveja um aumento de dois vírgula quatro milhões de euros de endividamento? Tal acarreta aos cofres dos Municípios cerca de cento e vinte e cinco mil euros anuais de responsabilidade a pagar durante vinte anos. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. Ninguém deseja uma gestão semelhante à que o Partido Socialista teve em Santarém. -----

- Que justificação é dada para o aumento da receita de Mercados e Feiras e Parques de Estacionamento em cerca de quatrocentos e trinta por cento e setenta e nove por cento? Mas que nível de aumentos propõe a Câmara Municipal aos feirantes e aos Municípios pelo estacionamento para justificar este nível de aumento percentual? -----

Na componente da despesa, verificamos um significativo e surpreendente aumento nas Despesas com Pessoal de treze por cento (seiscentos e sessenta e oito mil euros) relativamente ao orçamento de dois mil e nove e um virgula três milhões de euros (vinte e nove por cento) relativamente às contas de dois mil e oito. -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a transferência de pessoal dos quadros da CMA para a AR – Águas do Ribatejo, EIM? Quantos funcionários foram / se prevêem vir a ser transferidos e qual a massa salarial global? -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a transferência de pessoal ao abrigo do protocolo com a DREL? Qual a massa salarial global? -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a entrada dos funcionários da ALDESC? Qual a massa salarial global? -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil e quinhentos euros para quase trezentos funcionários! -----

- Qual a razão para as receitas da Venda de Produtos Acabados e Intermédios (água) diminuírem noventa por cento relativamente às contas de dois mil e oito das receitas) e as despesas com a Aquisição de Matérias-Primas e Subsidiárias aumentarem setenta e seis por cento? -----

- Como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate cento e doze mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria e cento e trinta e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sete mil euros de Outros trabalhos especializados? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

- Como se pode aceitar uma rubrica supostamente residual como Outros serviços tenha um saldo de um vírgula um milhão euros, cinco virgula três por cento do total das despesas do orçamento e um aumento do um milhão euros se compararmos as contas de dois mil e oito? Trata-se da mais pura e simples manobra de esconder a natureza das despesas. Que despesas serão estas de valor tão alto que não interessa mostrar em detalhe? -----

A atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, no montante de quatrocentos e setenta mil euros, dois virgula três por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que instituições vão ser atribuídos? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

- Onde estão incluídas as verbas referentes aos protocolos com as adegas cooperativas? Qual o montante previsto para dois mil e dez? -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, temos mais uma vez as mesmas verbas para os mesmos projectos que se vão repetindo. Mas mesmo se compararmos com o orçamento de dois mil e nove vimos uma diminuição de um virgula cinco milhões de euros, relacionados principalmente com investimentos em construção de habitações e das Creches. A grande questão é se mais uma vez não teremos aqui mais uma situação, como em todos os outros orçamentos com a realização das despesas de investimento a ficarem a menos de metade do que foi inicialmente previsto. -----

Por último refira-se que os documentos que nos foram distribuídos não estão assinados pelo executivo Municipal pelo que poderemos apenas supor que talvez sejam os mesmos que foram votados na reunião da Câmara Municipal. -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente ao orçamento de dois mil e dez, para a área da educação. Obviamente para analisar devidamente a proposta do executivo teria de ir à raiz do problema. E essa raiz, relativamente às directrizes enunciadas e à Carta Educativa. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A Carta Educativa tem conceitos muito interessantes e faz uma análise muito realista do que é o que devia ser a aposta do Executivo no que diz respeito à educação. Há dois conceitos fundamentais, que deviam ser abordados e analisados. Um é o território educativo, que como todos nós sabemos faz com que haja articulação pedagógica com a vertente do ordenamento do território. Por alguma razão aparecem os agrupamentos verticais. Relativamente à vertente pedagógica, tem a ver com os recursos existentes e que funcionam em rede. Outro conceito fundamental, é a Escola Nuclear, que garante uma melhor gestão articulada desses recursos físicos, materiais e humanos, mais qualificados e especializados, quer quanto a instalações, quer quanto à dinamização pedagógica. -----

Toda esta situação, obviamente não faz parte da Ordem de Trabalhos, mas convém abordar, por causa de a médio, se não curto prazo ir aumentar exponencialmente os custos da educação na cidade de Almeirim. Quando falamos de uma Escola Nuclear, falamos em acessibilidades e um dos aspectos da decisão, viola essa situação no que diz respeito ao Centro Escolar de fazendas. Para não falar da descentralização da escola sede, que vai provocar um aumento substancial dos custos, isto em termos financeiros e de espaço físico, para não falar da componente pedagógica, que na minha perspectiva é mais importante. Relativamente a esta questão, gostaria de colocar algumas questões ao Executivo Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhor Deputado, apesar de estar a apreciar muito a sua intervenção, e de achar relevante para a discussão do Orçamento e do Plano, lembro-lhe que entre os dois, já ultrapassaram largamente o tempo que lhes foi atribuído. Peço-lhe que seja mais sintético. -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Embora na Carta Educativa não explicita claramente a localização dos Centros Escolares, os conceitos explorados apontam para uma sensibilidade e sensatez na decisão, nomeadamente naquilo que permitia a possibilidade da junção do Centro Escolar de Fazendas à escola sede de agrupamento. Porque razão o Executivo Municipal não considerou esta possibilidade? Qual foi a decisão emanada do Conselho Municipal de Educação? -----

Os agrupamentos de escolas foram devidamente ouvidos para se pronunciarem? -----

O porquê da alteração do número de salas proposta na Carta Educativa? -----

Se estão garantidas as áreas de terreno propostas para os Centros Escolares e as áreas previstas para as zonas de espaço de recreio e jogo? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Porque razões no orçamento não estão reflectidas as estimativas de investimentos de projectos complementares, como a requalificação do parque escolar, climatização e apetrechamento para as escolas existentes? -----

Se a aposta na educação se compadece oito virgula quarenta e sete por cento do orçamento, previsto para a educação, investimento municipal sem as comparticipações dos Fundos Comunitários face ao orçamento previsto pelo Município. -----

Porque razão as actividades organizadas pela Autarquia nas actividades de enriquecimento curricular e intervenção pedagógica no pré-escolar e primeiro ciclo, estão integradas em rubricas do desporto e pelouro do desporto? -----

Se estas actividades são de complemento curricular logo, de intervenção educativa, porque não estão inscritas no pelouro da educação? -----

Relativamente ao desporto, congratulo-me com a presença da Dr^a. Sandra Isabelinha, congratulo-me igualmente pela decisão da regulamentação do apoio ao desporto. No entanto, se nós temos a Carta Educativa e a Carta Social, porque não fazer uma Carta Desportiva do concelho? -----

Isto porquê? Porque o Executivo com a tomada de decisão política, necessita de informações relativas à procura, oferta da prática desportiva, aos equipamentos desportivos e lazer, realidade e dinâmica associativa, recenseamento de necessidades, a taxa participativa dos nossos cidadãos, a definição de tendências de prática, o levantamento da quantidade e qualidade dos equipamento existentes, a análise das assimetrias. -----

Perante a complexidade e organização na tomada de decisão desta abrangência na prática desportiva e lazer, a divisão do desporto, dispõe de um plano de gestão e marketing com vista à eficiência e eficácia dos procedimentos? -----

Se a abrangência e a intervenção por actividades físicas em todas as vertentes de desporto e equipamentos, apoio ao... se compadece com os três vírgula sete por cento do orçamento previsto para o pelouro do desporto. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Parece-me que a grande diferença nas receitas e do valor então receitas e despesas, entre o orçamento do ano passado e o deste ano, ronda os dois milhões de euros, para mais, advêm sobretudo de uma verba cerca de um milhão e setecentos mil, na área das transferências correntes da Administração Central. -----

Como essa verba aparece aqui na rubrica "Outras", não compreendo de onde é que ela vem. Este um milhão e setecentos mil euros vem de onde, do quê e para quê? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

GILBERTO XAVIER (Técnico da Câmara) »» A verba que se está a referir, é do pessoal não docente do orçamento do ano passado, que foi introduzido com a primeira revisão orçamental. -----

Trata-se do protocolo de pessoal não docente que ronda um milhão e quatrocentos mil euros, que está nessa rubrica residual “Outras”, porque são transferências do Estado “Outros”, onde está incluída a verba, onde está o enriquecimento curricular, apoio às famílias, refeições escolares. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Há nove anos que eu e os meus companheiros de bancada, andamos a ler os mesmos parágrafos do orçamento. Houve até um ano que se esqueceram de mudar a data. Eu acho que existem repetições que são um insulto à nossa inteligência. Sejam criativos e contratem um apresentador de PPI’S. Este PPI é a repetição quase página a página do PPI de dois mil e nove, dois mil e oito... Esqueceram de introduzir toda a actividade da biblioteca, que vinha todos os anos, esta ano esqueceram-se. Há uma diferença. Esqueceram-se de meter as actividades do cine teatro, feitas pelas colectividades, também há aqui uma pequena diferença. Com algumas raras excepções, não há paciência. Paramos a leitura porque já conhecíamos o PPI. O que aqui vem, é um documento que não demonstra estratégia por parte do Executivo, para fazer face à crise que o concelho atravessa do ponto de vista económico e social. É um documento que não mostra estratégias para promover desenvolvimento a partir de recursos com os produtores locais. -----

Nós defendemos a recuperação do mercado local, que podia empenhar muitas pessoas e a criação de mercados nas freguesias, porque ao contrário do que aqui foi dito, muitos municípios investiram nos seus mercados municipais e os consumidores estão, hoje, a por em causa um certo tipo de consumo. -----

O nosso conceito na CDU é outro. Anteriormente era a actividade da ALDESC, que aparecia no meio, como se fosse actividade da Câmara. Agora é a actividade das Águas do Ribatejo. Afinal criam-se empresas, retiram-se competências aos órgãos autárquicos. Depois na actividade da Câmara aparece a actividade dessas empresas. Há aqui uma incoerência total. -----

Por fim , dizer que todos estes documentos não vêm rubricados, e a CDU exige que lhe seja entregue um PPI e um orçamento assinado e rubricado. -----

Por tudo isto, esta proposta não vai obter o nosso parecer favorável. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Em nome do Grupo do Partido Socialista, é nosso entender que este Orçamento e Plano para dois mil e dez, são a prioridade das políticas que têm sido desenvolvidas pelo Executivo no Concelho, que também são da responsabilidade do PS. Contrariamente ao que tem acontecido, em municípios vizinhos, onde se verifica a redução nos seus orçamentos, a Câmara de Almeirim apresenta um acréscimo global de dois milhões e cinquenta mil euros. A este acréscimo junta-se o investimento das Águas do Ribatejo. Feitas asa contas, traduz-se num aumento de oito milhões e sessenta mil euros, o que faz subir o orçamento de dois mil e nove para dois mil e dez, para dez milhões e quinhentos mil euros. São de realçar estes números. -----

Para as obras a realizar nas freguesias, este prevista uma verba de três milhões e oitocentos mil euros, para além de uma série de obras que o Executivo, entende como de relevante importância estratégica para o concelho, nomeadamente ao nível da educação, que continua a merecer a grande fatia das verbas inscritas, por força dos dois centros escolares. -----

A previsão da construção de um novo troço da circular urbana, a ajuda à valorização das casas degradadas de pessoas pobres, numa medida de grande alcance social. A recuperação urbana, com a valorização dos espaços públicos. A requalificação do Parque Desportivo. -----

Por fim, dizer que, quanto ao mapa de pessoal, apraz -nos registar, como foi informado no mandato anterior, se prevê a criação de lugares, o que possibilita concurso dos trabalhadores que pertenceram à ALDESC, como foi sempre defendido pelo Executivo anterior e o actual. -----

Não aceitamos ouvir que este orçamento, é “mais do mesmo”, é nossa convicção que não sendo mais do mesmo, é efectivamente a continuidade das políticas em prol do concelho que tem merecido o apoio da grande maioria dos Almeirinsenses. -----

Sobre a repetição dos mesmos parágrafos ao longo dos anos, devo dizer que a obra está feita, está onde todos a podem ver. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Entrou um requerimento na Mesa, a solicitar o prolongamento da sessão por mais uma hora. -----

---- * **Votação do Requerimento** – Aprovado por maioria com três votos contra do Grupo MICA. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Sobre o mercado quero manifestar o meu desacordo com o ponto de vista do Dr. Videira. Acho que o futuro do mercado dependerá do comércio âncora que lá se estabelecer e ainda das comodidades que se



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

proporcionarem aos comerciantes e aos seus clientes. Espero para ver o plano de requalificação, depois iremos, certamente debater as melhorias que podemos observar. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» Tenho muita pena de não saber falar de números, mas gostaria de referir uma página que me agradou bastante, estou a falar da página vinte e nove. Trata-se do assunto da emigração. Agrada-me que o Executivo tenha inserido este capítulo, até porque já temos muitos alunos de outras nacionalidades nas nossas escolas. Acho que este levantamento da população vai ser muito importante. Temos que inserir estes miúdos, que provavelmente vão ficar por Almeirim. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA - Não tenho muitos esclarecimentos a dar, até porque não foram postas muitas questões para esclarecer. As intervenções das várias bancadas, foram, um tanto intervenções políticas, que deviam ter sido feitas na altura da campanha eleitoral. -----

Falou-se muito pouco do Plano e Orçamento. Afirmar aqui por mais que uma vez, que este orçamento é “mais do mesmo”, que este orçamento é “igual aos anteriores”, quase que não valia a pena ler, porque é o mesmo, mas no dia onze de Outubro, a população de Almeirim, disse que queria mais do mesmo, por isso nós não os podíamos enganar. -----

Fizemos um orçamento que não se dirige à CDU, ao MICA ou ao PSD, que lamento imenso, pois já contava com o vosso voto contra. Do Senhor Deputado Fernando Videira, eu considereei que a sua intervenção foi um reforço ao que está no plano, que aceito e são bem vindas. Lembro aqui que a sua posição, é bem diferente da Deputada Manuela Cunha, que em tempos, quando pensamos em construir um parque de estacionamento subterrâneo na Praça Lourenço de Carvalho, sugeriu que em alternativa devíamos construir esse espaço subterrâneo debaixo do mercado, o que implicava a demolição daquele edifício que é riquíssimo do ponto de vista arquitectónico. Este assunto está escrito nas actas da Câmara. No que diz respeito aos subsídios às Juntas de Freguesia, devo dizer que estes se mantêm assim, desde há alguns anos a esta parte. Esses subsídios foram põe essa altura constituídos, porque nesse tempo as Juntas não recebiam verbas do orçamento de Estado. A partir do momento em que começaram a receber, nós ajudamos pelo que já era atribuído. Quanto ao facto de ter aumentado o endividamento, quero dizer que só é possível aumentar o endividamento, porque ainda temos capacidade de endividamento. Se não tivéssemos capacidade, não tínhamos possibilidades de executar projectos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

financiados pelo QREN. Quanto ao pessoal que foi para as Águas do Ribatejo, deixou de contar para efeitos de remuneração. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Luiz Inês, no que diz respeito à educação, eu queria dizer-lhe que por longa e fundamentada intervenção que fez sobre educação, a Câmara de Almeirim e este Executivo regozija-se de não receber lições de ninguém, porque quer sobre o aspecto do ordenamento do território, com a construção dos dois centros escolares. Quanto ao facto do cento escolar das Fazendas ter mais salas do que indica a Carta Educativa, é que as conversações que tivemos com a DREL, conseguimos que fosse uma tipologia maior, servindo mais o futuro daquela freguesia. Quanto ao espaço do desporto, ele foi aprovado pelo Ministério da Educação, sem o parecer favorável da DREL, não são aprovadas as candidaturas dos Centros Escolares. Quanto às escolas, estas estão equipadas como não acontece em nenhum outro concelho, apetrechadas com quadros interactivos, desde a escola mais remota até à escola do concelho, computador para todos os alunos. A sua intervenção foi muito elucidativa, mas não vai alterar em nada o nosso comportamento na área da educação. Sobre a Carta Desportiva, já está deliberada na CILMT. -----

É ela que vai tomar a iniciativa, por razões de obtenção de economia de escola e para que tenha mais capacidade de negociação com as entidades que fizerem estas Cartas. -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) - Gostava de clarificar a minha intervenção. Não é a questão do modelo de comércio que está em causa, é o local! -----
Nós não vamos conseguir deslocar o caudal de consumidores que passam semanalmente em Almeirim, para fazerem compras no mercado e apoiarem o comércio tradicional. -----

São os comerciantes e os produtos locais que devem ser ajudados, que devem ter meios para fazerem o seu comércio na zona onde circulam os potenciais consumidores. -----

É verdade que o edifício deve ser recuperado, adaptado a outra finalidade, mas mercado não. -----

-----DEFESA DA HONRA-----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente da Câmara citou palavras que dizem ser minhas, contextualizando propostas. É importante repor a verdade, e tem a ver um pouco com esta intervenção do Deputado Videira. A CDU foi a única força política a fazer documentos específicos relativos ao mercado. Aliás,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

quero sugerir que nas Assembleias temáticas a Assembleia pudesse pensar em fazer uma sessão sobre o mercado de Almeirim. -----

Tenho uma opinião contrária ao Fernando Videira, entendo que a população se desloca, o que é preciso é que os mercados sejam atractivos, que eles respondam em termos de horários aos hábitos novos das populações, que tenham condições para peixe e frescos...-----

Quanto ao parque de estacionamento, de facto quando abordámos a questão do estacionamento subterrâneo no Parque das Laranjeiras, até porque é uma zona em que os níveis freáticos são grandes, o que levaria a que um parque naquele espaço seria muito mais caro. Eu na época sugeri, que fossem avaliados outros locais do concelho. Havia imensas zonas, porque não debaixo do mercado? -----

Dependendo dos estudos geológicos. -----

Senhor Presidente da Câmara, vá a Lisboa ou ao Porto, ver a construção do metro. Mal de nós, que se para construir alguma coisa debaixo do chão, se tenha de demolir o que está por cima. -----

LUÍS INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente ao que o Senhor Presidente da Câmara referia, eu não citei o investimento feito pela Câmara sobre projectos do PET Vinte e Um e da requalificação das escolas porque estão correctas. Quando falei na conservação dos equipamentos, há necessidade de investimento, porque o parque escolar já demonstra alguma degradação. Na Carta Educativa diz que o espaço de recreio das escolas é bom e eu não concordo, até porque sou Pai e tenho um filho na escola, daí saber do que falo. Quando chove é um lamaçal tremendo, quando não chove é uma poeirada, para não falar dos equipamentos desportivos ali existentes, que são de alcatrão, sem áreas de segurança, com ângulos de noventa graus em zonas de acesso de crianças, com zonas de escoamento de águas, não protegidas... O facto de colocar tabelas ou balizas nas escolas, não significa que melhorou a qualidade da prestação educativa. Sobre a Carta Desportiva, na minha opinião, peca por tardia, muitos concelhos já as fizeram, há bastante mais tempo, inclusivamente com protocolos com instituições do ensino superior. -----

GILBERTO XAVIER (Técnico da Câmara) »» Não gostaria de sair da sala sem fazer algumas anotações. Quando se refere a “outros serviços” (020225). Quando se elabora um orçamento, o da despesa engloba o total do orçamento. Nesse orçamento estão contempladas as imputações) directas dos planos e as imputações que não são do plano. Se formos ver os novecentos e noventa e três mil duzentos e cinquenta euros, noventa e dois virgula doze por cento destes “outros” está nos planos, isto é, no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PAM. Aqui verifica-se onde a Câmara gasta este dinheiro. Em relação às matérias-primas e subsidiárias, estas não são de águas, estas são na sua totalidade as matérias-primas para os arruamentos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PS) »» Sobre os esclarecimentos do Senhor Xavier, agradeço-lhe, aliás, porque esta era uma questão que tinha necessidade de esclarecer por causa das águas. -----

Quanto à questão dos “outros” e a verba estar no PAM, realmente eu não duvido, mas existem pelo menos outras cinquenta categorias! Não havia mais outra categoria que não “outros”, é porque esta rubrica é qualquer outro tipo de despesa. Entendo que se podia fazer um desdobramento de “outras”, e assim olhando para as contas, vinha lá espelhado. -----

Presidente da Assembleia - Essa questão é genuinamente técnica, pelo que lhe pedia que esclarecesse com o Senhor Xavier, após terminar a Assembleia. -----

----- * **Votação do PLANO E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E DEZ.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: dezasseis votos a favor do Grupo do PS, três votos contra do Grupo MICA, dois votos contra do Grupo do PPD/PSD e três votos contra do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

FERNANDO VIDEIRA (Grupo do MICA) »» Em face da ausência do relatório do auditor, do mapa de empréstimos obtidos e orçamento provisional de tesouraria, bem como não nos parecer adequadamente fundamentada os investimentos relevantes, votamos contra a presente proposta e fazemos voto de vencidos. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PP/PSD) »» O Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de dois mil e dez, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população.

No início deste mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim pouco ou nada contribui para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam do mandato anterior, sem que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. Veja-se, por exemplo, o parque de habitação social, a ligação da Vala de Alpiarça ao Rio Tejo, Plano de Pormenor para a freguesia das



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Fazendas de Almeirim, as ETAR'S do Concelho de Almeirim e a conservação da Vala de Alpiarça. -----

A poluição da Vala de Alpiarça mantém-se. Apesar da Câmara orçamentar verbas para a limpeza da mesma, não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública. -----

No quadro do relacionamento entre o Município e as Juntas de Freguesia, verifica-se que a Câmara Municipal deveria reforçar, mediante protocolos, as competências destas autarquias, dada a sua proximidade junto das populações. A Câmara Municipal distancia-se das Juntas de Freguesia, mantendo praticamente inalteradas as transferências correntes para as freguesias na ordem dos duzentos e trinta e um mil euros, não efectuando qualquer correcção monetária o que, para o PSD de Almeirim pode colocar em causa o cumprimento, por parte das Juntas de Freguesias, das competências delegadas pela Câmara Municipal. De igual forma as transferências de capital para apoiar investimentos das freguesias mantêm um montante muito baixo de apenas oitenta mil euros. -----

EDUCAÇÃO - Na Carta Educativa, através da análise prospectiva no cenário alternativo/expansionista, prevê-se que haja um forte crescimento no ensino pré-escolar e no primeiro e segundo ciclos, crescimento ténue no terceiro ciclo e uma redução significativa no ensino secundário. Este é o cenário prognóstico mais real, pelo que a decisão proposta na Carta Educativa é sensata. Outro aspecto nuclear da informação emanada do documento referido e consubstanciada na decisão, prende-se com a percepção do conceito de território educativo, procurando articular a vertente pedagógica com a vertente de ordenamento territorial. Relativamente à vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos. Daqui surge o conceito de escola nuclear que garanta uma melhor gestão articulada de recursos físicos, materiais e humanos, mais qualificados e especializados, quer quanto a instalações, quer quanto à dinamização pedagógica que se pretende numa dinâmica horizontal e vertical. -----

Perante a fundamentação acima referida, ainda existe outra que não foi devidamente explanada e não constante neste orçamento que é a previsão de custos de funcionamento pela decisão de construção do Centro escolar de Fazendas de Almeirim. A deslocalização deste Centro face à Escola sede do Agrupamento, irá implicar investimentos desnecessários em recursos físicos e materiais (refeitório, sala de Educação Física, biblioteca, reprografia, transportes, etc.) e recursos humanos (a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

gestão integrada e de proximidade permitiria reduzir e otimizar estes recursos). Na vertente pedagógica e didáctica permitiria uma melhor gestão nas componentes horizontais e verticais. A maior eficiência neste âmbito leva, indubitavelmente, a um melhor sucesso escolar. -----

Questões: -----

- Embora na Carta Educativa não explicitamente a localização dos Centros Escolares, os conceitos acima explorados apontam para uma sensibilidade e sensatez na decisão, nomeadamente naquele que permitiria a possibilidade de junção do Centro Escolar de Fazendas à Escola sede do Agrupamento. Por que razão o executivo municipal não considerou essa possibilidade? -----

- Qual foi a decisão emanada do Conselho Municipal de Educação? -----

- Os Agrupamentos de Escolas e respectivos órgãos foram devidamente ouvidos a se pronunciarem? -----

- O porquê da alteração do número de salas proposto pela Carta Educativa? -----

- Se estão garantidos as áreas de terreno propostos para os Centros Escolares e as áreas previstas para zona de espaços de jogo e recreio? -----

- Porque razão no orçamento não está reflectida a estimativa de investimentos dos projectos complementares (requalificação do parque escolar, climatização e apetrechamento) para as escolas existentes? -----

- Se o chavão “a educação em primeiro lugar” se compadece com os oito virgula quarenta e sete por cento do Orçamento previsto para a Educação (investimento municipal sem as comparticipação dos Fundos Comunitários) face ao Orçamento previsto para o Município? -----

- Porque razão as actividades organizadas pela Autarquia, nomeadamente as Actividades de Enriquecimento Curricular e a Intervenção Pedagógica no Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico estão integradas em rubricas do Pelouro de Desporto? ----

- Se estas actividades são de complemento curricular, logo de intervenção educativa, porque não estão inscritas no orçamento do Pelouro da Educação? -----

- Se a intervenção destas actividades são de natureza educativa e fundamentalmente com carácter pedagógico, por estarem relacionadas com as Áreas Curriculares existentes, porque razão a Autarquia não delega essa responsabilidade de gestão/organização aos Agrupamentos Escolares? -----

Fundamentação: Estas actividades são consideradas de complemento curricular, logo são de âmbito pedagógico e se as perspectivarmos com o enquadramento municipal, através da Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove, Artigo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

dezanove, alínea e) “apoiar o desenvolvimento de actividades de complemento de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico”, a delegação dessa competência aos Agrupamentos Escolares para que possam ser integrados no seu Projecto Educativo e devidamente controladas e avaliadas pelo Órgão responsável nesta organização que é o Conselho Pedagógico e articulado com as Áreas Curriculares respectivas, tem toda a lógica. -----

DESPORTO - A rede de equipamentos colectivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização dos centros urbanos e instrumento de fomento de equidade e qualidade de vida das populações. De entre os equipamentos colectivos, os equipamentos desportivos são fonte de preocupação política local por alcançar honras de direito fundamental de todo o cidadão, para além de sabermos que é este poder local um sub-sistema do sistema desportivo que mais responsabilidades tem, juntamente com o Associativismo Desportivo, no fomento à prática do desporto. Por conseguinte a necessidade de existência de um modelo de organização dos serviços de desporto e de uma coerente política desportiva prestada pela Autarquia são lançadas as seguintes questões: -----

- Utilizando o paralelismo com a elaboração da Carta Educativa e a Carta Social, para quando a Autarquia elabora ou solicita a elaboração da Carta Desportiva? -----

- O executivo para a tomada de decisão política não necessitará de informações relativas à procura e oferta de prática/equipamentos desportivos e de lazer? a realidade e dinâmica associativa?; o recenseamento de necessidades?; a taxa de participação desportiva dos nossos cidadãos?; a definição de tendências de prática?; o levantamento da quantidade e qualidade dos equipamentos existentes?; a análise de assimetrias no contexto territorial do Concelho? -----

- Quando é que o Pelouro do Desporto elabora o Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo? -----

- Face à previsão das despesas correntes e de funcionamento dos equipamentos afectos à Divisão de Desporto, ao apoio às colectividades (trezentos e trinta mil euros) e à previsão de receita que se situa nos duzentos e quarenta e cinco mil euros, qual é a percentagem da responsabilidade social atribuído ao Pelouro do desporto? -----

- Perante a complexidade de organização e tomada de decisão pela abrangência da prática desportiva e de lazer, a Divisão de Desporto possui um Plano de Gestão e de Marketing com vista à eficiência e eficácia de procedimentos? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- Se a abrangência de intervenção (desporto/actividade física em todas as vertentes, gestão de equipamentos desportivos, apoio ao Associativismo Desportivo, apoio a iniciativas desportivas, etc., se compadece com os três virgula sete por cento do Orçamento previsto para o Pelouro do Desporto (investimento municipal sem as comparticipação dos Fundos Comunitários) face ao Orçamento previsto para o Município? -----

FUNÇÕES SOCIAIS – SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL - A problemática social presente, quer pela mais crescente e evidente sinais de pobreza de precariedade familiar e social, quer pela quantidade de famílias assoladas pelo problema crescente de desemprego, é claramente insuficiente. A cabimentação inscrita em orçamento representa dois virgula três por cento do orçamento total e seria menor (dois virgula dois por cento) se retirássemos as iniciativas pontuais e pouco representativas em termos de apoio efectivamente social que são as Festas do Idoso nas Freguesias e Festa de Natal. -----

Da análise dos números, concluímos que o aumento relativamente ao orçamento de dois mil e nove se faz, na parte da receita, à custa das transferências correntes do Estado em cinquenta e dois por cento (setecentos e dois mil euros), do aumento dos resíduos sólidos em quarenta e oito por cento (duzentos mil euros) e de um aumento endividamento em setenta por cento (um milhão de euros). O PSD de Almeirim não acredita que, na actual conjuntura económica vivida em Portugal, se consiga aumentar as receitas como a Câmara prevê, muito menos podemos aceitar que estejam previstos aumentos deste nível nas tarifas de resíduos sólidos à custa dos cidadãos. --

- Como é possível que se preveja um aumento de dois vírgula quatro milhões de euros de endividamento? Tal acarreta aos cofres dos Municípes cerca de cento e vinte e cinco mil euros anuais de responsabilidade a pagar durante vinte anos. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. Ninguém deseja uma gestão semelhante à que o Partido Socialista teve em Santarém. -----

- Que justificação é dada para o aumento da receita de Mercados e Feiras e Parques de Estacionamento em cerca de quatrocentos e trinta por cento e setenta e nove por cento? Mas que nível de aumentos propõe a Câmara Municipal aos feirantes e aos Municípes pelo estacionamento para justificar este nível de aumento percentual? -----

Na componente da despesa, verificamos um significativo e surpreendente aumento nas Despesas com Pessoal de treze por cento (seiscentos e sessenta e oito mil euros)



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

relativamente ao orçamento de dois mil e nove e um virgula três milhões de euros (vinte e nove por cento) relativamente às contas de dois mil e oito. -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a transferência de pessoal dos quadros da CMA para a AR – Águas do Ribatejo, EIM? Quantos funcionários foram / se prevêem vir a ser transferidos e qual a massa salarial global? -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a transferência de pessoal ao abrigo do protocolo com a DREL? Qual a massa salarial global? -----

- As Remunerações Certas e Permanentes já incluem a entrada dos funcionários da ALDESC? Qual a massa salarial global? -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil e quinhentos euros para quase trezentos funcionários! -----

- Qual a razão para as receitas da Venda de Produtos Acabados e Intermédios (água) diminuírem noventa por cento relativamente às contas de dois mil e oito das receitas) e as despesas com a Aquisição de Matérias-Primas e Subsidiárias aumentarem setenta e seis por cento? -----

- Como se justifica que uma Câmara com quase trezentos funcionários contrate cento e doze mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria e cento e trinta e sete mil euros de Outros trabalhos especializados? Acreditamos que o investimento na formação e melhor organização interna reduziria substancialmente estas verbas. -----

- Como se pode aceitar uma rubrica supostamente residual como Outros serviços tenha um saldo de um vírgula um milhão euros, cinco virgula três por cento do total das despesas do orçamento e um aumento do um milhão euros se compararmos as contas de dois mil e oito? Trata-se da mais pura e simples manobra de esconder a natureza das despesas. Que despesas serão estas de valor tão alto que não interessa mostrar em detalhe? -----

A atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, no montante de quatrocentos e setenta mil euros, dois virgula três por cento do orçamento, continua a ser feita de forma indiscriminada. É nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critérios são utilizados? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que instituições vão ser atribuídos? Quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- Onde estão incluídas as verbas referentes aos protocolos com as adegas cooperativas? Qual o montante previsto para dois mil e dez? -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, temos mais uma vez as mesmas verbas para os mesmos projectos que se vão repetindo. Mas mesmo se compararmos com o orçamento de dois mil e nove vimos uma diminuição de um vírgula cinco milhões de euros, relacionados principalmente com investimentos em construção de habitações e das Creches. A grande questão é se mais uma vez não teremos aqui mais uma situação, como em todos os outros orçamentos com a realização das despesas de investimento a ficarem a menos de metade do que foi inicialmente previsto. -----

Por último refira-se que os documentos que nos foram distribuídos não estão assinados pelo executivo Municipal pelo que poderemos apenas supor que talvez sejam os mesmos que foram votados na reunião da Câmara Municipal. -----

Se deixarmos por mais alguns anos que este tipo de gestão continue todos os Almeirinsenses, que se vêm a braços com carências a nível de saúde e cuidados médicos, emprego, estradas e acessibilidades, escolas, saneamento, apoio social e desenvolvimento e não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Face ao que atrás ficou descrito, o Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra as propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e dez. -----

O Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) Foi-nos apresentado o Plano e Orçamento para o ano de dois mil e dez que não são meros documentos a cumprir um preceito legal. São também propostas que continuam a apresentar-nos um desenvolvimento estratégico que tem sido característico dos Executivos Camarários da responsabilidade do Partido Socialista. -----

Ao contrário de alguns Municípios vizinhos que já aprovaram os seus orçamentos com reduções de milhões de euros, a Câmara Municipal de Almeirim apresenta-nos um Orçamento com acréscimo global de dois milhões e cinquenta mil euros. -----

Ao apreciarmos este acréscimo não nos podemos alhear do facto de” o abastecimento público de água” e “a recolha e tratamento do saneamento” estarem a cargo da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Empresa Águas do Ribatejo, e não no orçamento do nosso Município, e apresentarmos como investimento para o nosso Concelho oito milhões seiscentos e quarenta e dois mil e quinhentos euros o que faz subir o acréscimo do Orçamento de dois mil e nove para dois mil e dez em dez milhões seiscentos e noventa e dois mil e quinhentos euros. -----

São notáveis estes números mas não menos notável a constatação de que três milhões e oitocentos mil euros se destinam a obras nas Freguesias, impossíveis de realizar à exclusiva responsabilidade do Município. -----

A estas considerações há que referir mais algumas obras previstas que se revestem de grande importância estratégica. -----

A educação continua a merecer a grande fatia das verbas inscritas sobretudo por força dos dois centros escolares; A previsão da Construção do novo troço da Circular Urbana; A ajuda à valorização de casas degradadas de pessoas pobres numa medida de grande alcance social. -----

A regeneração urbana, com a valorização de espaços públicos e a requalificação do Parque Desportivo. -----

De salientar também que o mapa de pessoal prevê a criação de lugares que possibilitam o concurso dos trabalhadores que pertencem à ALDESC, como sempre defendemos. -----

Por tudo isto votámos a favor. -----

O Grupo do PS. -----

PONTO CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE SAÍDA DO MUNICÍPIO DA GOLEGÃ DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Peço ao Senhor Presidente da Câmara que faça a introdução deste ponto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA - A saída do Município da Golegã, estava prevista quase desde a constituição da empresa. Como se sabe, da parte dos municípios, o grande interesse era participar na empresa Águas do Ribatejo, foi para poderem fazer



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

investimentos que não estejam ao seu alcance, visto que tinham uma candidatura aprovada pelo Fundo de Coesão. -----

No entanto, a Golegã entendeu que tinha resolvido o essencial das suas necessidades, sobretudo quando ultrapassaram o problema grave de abastecimento de água, que resolveram há algum tempo atrás. Não tendo investimentos de vulto a realizar na Golegã, e beneficiar do Fundo de Coesão, entendiam que também não se justificava que se mantivessem nas Águas do Ribatejo. Daí vir agora a concretizar-se a sua saída, no momento em que em simultâneo vai entrar o município de Torres Novas, bem maior que o primeiro, e que vai ficar, pelos documentos que estão anexos, vai ficar com o capital da Golegã. No fundo é um movimento de sócios. Mantendo-se os mesmos objectivos da empresa. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Penso que foi aprovado no anterior mandato, uma delegação de competências desta Assembleia, na qual a CDU votou contra, uma delegação por quarenta anos na Assembleia da empresa. -----

Através dessa delegação de competências, penso eu que esta matéria, não devia vir à Assembleia. -----

Mas, uma delegação de competências, sobre um conjunto de questões, que delegavam na Assembleia da empresa as alterações de Estatuto... tarifas... Não compreendo porque é que esta matéria vem à Assembleia, embora me lembre que a CDU discordou totalmente. Ou será que algum órgão teve o mesmo entendimento que a CDU? -----

Porque a CDU sempre entendeu que essa delegação era ilegal. Porque não se podia delegar o que não se possui, e porque nós só temos competências por quatro anos. ---

----- *** Votação da saída da Golegã das Águas do Ribatejo.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: com vinte e um votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, três do Grupo MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do grupo da CDU. -----

PONTO SEIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ENTRADA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS NA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA - A apresentação deste ponto, é precisamente a inversa da justificação para a saída da Golegã. A entrada de Torres Novas reforça a dimensão e a capacidade de funcionamento das Águas do Ribatejo, na medida em que Torres Novas, acaba por ser o município maior, que passa a fazer parte da empresa Águas do Ribatejo, com trinta e seis mil consumidores. -----

A entrada de um município e a saída de outro, altera um documento, que é a análise financeira do alargamento do sistema intermunicipal. Este foi um documento que foi aprovado pelas Assembleias Municipais. Dado que havia alteração do estudo económico e financeiro era correcto que este assunto fosse às Assembleias Municipais. É por isso, que está nesta Assembleia para aprovação. -----

----- * **Votação da entrada do Município de Torres Novas nas Águas do Ribatejo.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Oito abstenções, três do Grupo MICA, duas do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Vamos passar à discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos de hoje. -----

PONTO SETE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta é uma proposta de alteração de uma mera designação. Pelo parecer dos Juristas, entende-se que a sua designação deve ser rectificadora. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Neste ponto trata-se de adaptar os estatutos existentes, feitos ao abrigo da lei anterior, para a actual lei cinquenta e três F de dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro, relativamente ao sector empresarial, local, onde refere esta questão das Empresas Municipais, que funciona ao contrário da lei anterior. Pela nova Lei há a obrigatoriedade de emitir relatórios trimestrais que devem ser enviados à Assembleia Municipal, para fiscalização. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »»Sobre a lei cinquenta e três - F, penso que é de dois mil e oito e não de dois mil e seis. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passados os preciosismos da data, vamos passar à votação por minuta. -----

----- * **Votação da rectificação dos estatutos das Águas do Ribatejo.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: dezoito votos a favor, dezasseis do Grupo do PS e dois do Grupo do PPD/PSD. Seis abstenções, três do Grupo MICA e três do Grupo da CDU. -----

PONTO OITO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, AO ABRIGO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ARTIGO QUARTO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA - Esta proposta que está aqui em discussão, sugere-me um esclarecimento que devo prestar. Nunca se decidiu nesta Assembleia, que a sede das Águas do Ribatejo viria para Almeirim, houve propostas nesse sentido, mas de maneira nenhuma podia ser decidido, visto ser da competência das Águas do Ribatejo. -----

As Águas do Ribatejo, quando procuraram instalações para instalarem a sua sede, também estiveram em Almeirim, como em Coruche, Santarém, mas optaram por se instalar em Salvaterra, que afinal nem era um concelho que fosse eleito para instalar a sede da empresa, mas porque existia no edifício do GAT, que pertencia a Salvaterra, Benavente e Coruche, que com a adaptação deste, que recebeu obras muito recentemente e que está praticamente pronto para receber a empresa Águas do Ribatejo. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) - Neste ponto, é onde vamos votar a aprovação do novo estudo relativamente à empresa. As coisas já são diferentes dos pontos anteriores. Devo começar por recordar que o primeiro estudo de viabilidade económica e financeira das Águas do Ribatejo, referia como essencial a adopção de um tarifário comum, que convergisse em todos os municípios no ano de dois mil e onze. Estes valores de referência, são mantidos no presente estudo e estão no ponto quatro do mesmo. Nós concordamos com o princípio de uniformização da estrutura de tarifários



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

e preços, mas no entanto, isto implica uns aumentos brutais, que muitas pessoas têm vindo a acarretar e que já estarão agora cientes. No caso da venda da água, este aumento chega a ser de vinte e cinco por cento nos consumidores domésticos, vinte e cinco por cento nos comerciais e industriais e cento e cinquenta por cento nas instituições. Na tarifa fixa de abastecimento, os aumentos só estão previstos para os consumidores domésticos e nos escalões mais baixos, com aumentos entre os onze e cem por cento, No que se refere à tarifa variável de saneamento, os aumentos para os consumidores domésticos vão de vinte cinco a cinquenta e quatro por cento, nos consumidores que gastam menos água e primeiro e segundo escalão de onze a vinte cinco por cento naqueles que consomem mais água terceiro e quarto escalão. As instituições sofrerão um aumento de cem por cento nesta tarifa. -----

O primeiro estudo referia que “os valores definidos assumem-se como os valores mínimos indispensáveis ao equilíbrio económico e financeiro do sistema”. Assim sendo, só com estes aumentos tarifários que incidem, essencialmente sobre os consumidores domésticos, é que a empresa consegue ter viabilidade económica. -----

Refira-se que, segundo o actual estudo, deverá ser obtido um empréstimo bancário de trinta e sete vírgula um milhões de euros. Segundo a lei “Os empréstimos contraídos pelas empresas relevam para os limites da capacidade de endividamento dos municípios, sob determinados casos. Assumindo que o Município de Almeirim deterá quinze vírgula quarenta e cinco por cento do capital social da empresa, tal significa que em dois mil e doze este município terá que incorporar no seu endividamento cinco vírgula sete milhões de euros, que nos parece estar muito além da actual capacidade financeira do município. -----

Por outro lado, vemos com alguma preocupação o facto de o VAL do projecto ser negativo e a TIR ser quatro vírgula noventa e quatro por cento (inferior ao limite mínimo) se o programa não for subsidiado. Como o estudo refere estarem previstos mas ainda não atribuídos trinta e cinco vírgula dois milhões de euros de subsídios a fundo perdido, tal significa que a não obtenção de qualquer um dos incentivos comunitários implica o falhanço deste projecto. -----

Um projecto desta natureza só faz sentido, em nosso entender, se houver correspondência entre o capital investido e o investimento efectuado. -----

Aquando da apresentação do projecto inicial calculámos a percentagem da participação dos municípios no capital social e o investimento (bruto e líquido de incentivos) em cada concelho, tendo por base o mapa dos Investimentos Globais Comparticipáveis. Verificámos que o concelho de Almeirim saia prejudicado deste



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

negócio pois entrava com dezanove vírgula seis por cento do capital mas recebe apenas catorze virgula sete por cento do investimento. -----

Os grandes beneficiados seriam os concelhos de Coruche e de Chamusca, que receberiam muito mais investimento do que capital investido. Os mais prejudicados seriam, por ordem, Benavente, Almeirim, Alpiarça e Golegã que, se tornariam contribuintes líquidos da empresa. Neste novo estudo não possuímos informação que nos permita confirmar que esta situação se mantém, contudo não possuímos elementos que identifiquem que tal se modificou. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Não deixava de ressaltar o seguinte, a posição política do Senhor Deputado João Lopes assenta num “se”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Com alguma estupefacção da Assembleia, dado que pouca gente entende o “se”, vamos passar à votação. -----

----- * **Votação da alteração dos estatutos das Águas do Ribatejo.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: com quinze votos a favor do Grupo do PS. Dois votos contra do Grupo do PPD/PSD e seis abstenções, três do Grupo da CDU e três do Grupo MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A Câmara Municipal de Almeirim apresenta hoje, nesta sessão da Assembleia Municipal, a alteração dos Estatutos da Empresa AR-Águas do Ribatejo - EM. -----

O primeiro Estudo de Viabilidade Económica e Financeira referia, como essencial, a adopção de uma estrutura de tarifário comum indo os valores do tarifário convergirem, em cada município, no ano de dois mil e onze. Esse tarifário de referência mantém-se no presente estudo, como se pode ver no ponto quatro. -----

Não obstante concordarmos com os princípios da uniformização da estrutura do tarifário e dos preços, temos alguma dificuldade em compreender porque razão os novos preços implicam aumentos que vão: -----

No caso da venda da água, a vinte e cinco por cento nos consumidores domésticos, vinte e cinco por cento nos comerciais e industriais e cento e cinquenta por cento nas instituições. Na tarifa fixa de abastecimento, os aumentos só estão previstos para os consumidores domésticos e nos escalões mais baixos, com aumentos entre os onze e cem por cento, No que se refere à tarifa variável de saneamento, os aumentos para os consumidores domésticos vão de vinte cinco a cinquenta e quatro por cento, nos consumidores que gastam menos água e primeiro e segundo escalão de onze a vinte



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

cinco por cento naqueles que consomem mais água terceiro e quarto escalão. As instituições sofrerão um aumento de cem por cento nesta tarifa. -----

O primeiro estudo referia que “os valores definidos assumem-se como os valores mínimos indispensáveis ao equilíbrio económico e financeiro do sistema”. Assim sendo, só com estes aumentos tarifários que incidem, essencialmente sobre os consumidores domésticos, é que a empresa consegue ter viabilidade económica. -----

Refira-se que, segundo o actual estudo, deverá ser obtido um empréstimo bancário de trinta e sete vírgula um milhões de euros. Segundo a lei “Os empréstimos contraídos pelas empresas relevam para os limites da capacidade de endividamento dos municípios, sob determinados casos. Assumindo que o Município de Almeirim deterá quinze vírgula quarenta e cinco por cento do capital social da empresa, tal significa que em dois mil e doze este município terá que incorporar no seu endividamento cinco vírgula sete milhões de euros, que nos parece estar muito além da actual capacidade financeira do município. -----

Por outro lado, vemos com alguma preocupação o facto de o VAL do projecto ser negativo e a TIR ser quatro vírgula noventa e quatro por cento (inferior ao limite mínimo) se o programa não for subsidiado. Como o estudo refere estarem previstos mas ainda não atribuídos trinta e cinco vírgula dois milhões de euros de subsídios a fundo perdido, tal significa que a não obtenção de qualquer um dos incentivos comunitários implica o falhanço deste projecto. -----

Um projecto desta natureza só faz sentido, em nosso entender, se houver correspondência entre o capital investido e o investimento efectuado. -----

Aquando da apresentação do projecto inicial calculámos a percentagem da participação dos municípios no capital social e o investimento (bruto e líquido de incentivos) em cada concelho, tendo por base o mapa dos Investimentos Globais Comparticipáveis. Verificámos que o concelho de Almeirim saia prejudicado deste negócio pois entrava com dezanove vírgula seis por cento do capital mas recebe apenas catorze vírgula sete por cento do investimento. -----

Os grandes beneficiados seriam os concelhos de Coruche e de Chamusca, que receberiam muito mais investimento do que capital investido. Os mais prejudicados seriam, por ordem, Benavente, Almeirim, Alpiarça e Golegã que, se tornariam contribuintes líquidos da empresa. Neste novo estudo não possuímos informação que nos permita confirmar que esta situação se mantém, contudo não possuímos elementos que identifiquem que tal se modificou. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Por tudo o que foi referido, e por não nos terem sido dados os quadros de detalhe do modelo financeiro, anexos a este estudo de Novembro de dois mil e nove, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a alteração dos Estatutos da Empresa AR-Águas do Ribatejo - EM. -----
O Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A abstenção da CDU em todos estes pontos, relativos às Águas do Ribatejo, deve-se essencialmente a duas questões. A primeira, o não esclarecimento da meia resposta ao pedido de esclarecimento colocado pela CDU, no que diz respeito à transferência de competências. -----
A segunda questão, tem a ver com o facto que todas estas propostas alteram pormenores em relação às Águas do Ribatejo, não alteram o fundo e a filosofia da questão, contra a qual a CDU de Almeirim esteve contra. -----
A CDU considera que a entrega das águas e do saneamento a esta empresa, que tem portas abertas ao capital privado, e que continua a ter nos seus estatutos a tipologia de gestão da empresa, não de coadunam com a CDU, com uma visão da água, como um bem fundamental ao desenvolvimento, como um bem ambientalmente a preservar, como um bem social fundamental. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

RUI PIRES (Grupo do PS) – Estão incluídos na Ordem de Trabalhos de hoje vários pontos referentes à Empresa Águas do Ribatejo, dois deles, os mais importantes, representam entrada e saída de Municípios. -----
Desde a constituição da Empresa que se sabia que o Município da Golegã pretendia sair por considerar não ter investimentos a fazer no seu Município que tornasse atraente a efectivação da sua qualidade de associado, a sua saída era portanto esperada e natural. -----
Por outro lado, o Município de Torres Novas teve tempo para acompanhar a actividade da Empresa e concluiu que o seu carácter exclusivamente Municipal. Com capacidade de investimento, com crédito junto das entidades financiadoras, nomeadamente do Fundo Coesão, com consideração pelos consumidores carentes, aplicando tarifas Sociais, enfim, tinha todos os requisitos para o benefício dos Municípios, dai saudarmos a entrada do Município de Torres Novas e também a própria Empresa pela afirmação da iniciativa tomada pelos seus fundadores. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Por último, votámos também a favor por ser o sistema com menores tarifas no País, o que atribuímos ao facto de ser o único exclusivamente municipal. -----

O Grupo do PS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar ao ponto nove da nossa Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NOVE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTIGO SESSENTA E SEIS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este protocolo de delegação de competências da Câmara para a Junta de Almeirim, anexa uma lista de espaços verdes que a Junta de Freguesia de Almeirim vai assumir a responsabilidade de vir a conservar e a melhorar. No fundo, o protocolo resulta muito da constatação do magnífico trabalho que a Junta de Freguesia fez também no cemitério. Agora só esperamos que os espaços verdes que passam para a sua responsabilidade, fiquem um “brinco” como está o cemitério. Incluindo a tília. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Queria só perguntar se há alguma razão para não vir aqui o espaço da biblioteca e o da Zona Norte. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE ALMEIRIM »» Tenho alguma dúvida de carácter legal, pelo que pergunto à Assembleia se tenho legalidade para poder discutir e votar esta proposta? -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» O Grupo do PSD congratula-se com esta delegação de competências à Junta de Freguesia de Almeirim. Este acto é semelhante ao que o Grupo do PSD de Almeirim sugeriu na Assembleia de Freguesia. No entanto, na nossa perspectiva, peca por escassa, tendo em consideração que Almeirim é a freguesia sede do concelho e com mais população, daí o PSD achar que devia haver mais competências atribuídas. -----

Por fim, perguntar o seguinte: Que competências estão delegadas às várias Juntas do Concelho? -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Perante a dúvida levantada pelo Senhor Presidente de Junta de Almeirim, talvez fosse bom ele não participar na votação. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Uma vez que este protocolo já foi apreciado e votado na Assembleia de Freguesia e Reunião do Executivo Camarário, não vejo inconveniente que ele participe na votação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Entrou um requerimento na Mesa, a solicitar o prolongamento da sessão até conclusão dos trabalhos. -----

----- * **Votação do Requerimento** – Aprovado unanimidade. -----

----- * **Votação do Protocolo entre a Junta de Almeirim e o Município.** -----

Deliberado aprovar por maioria e minuta com: dezasseis votos a favor do Grupo do PS, três votos a favor do Grupo da CDU. Cinco abstenções, três do Grupo MICA e duas do Grupo da PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Apesar de considerarmos benéfico para a Freguesia de Almeirim a celebração deste protocolo, não compreendemos porque razão o valor protocolado não é superior. Julgamos que no protocolo, devia ser definido os critérios que estiveram na base do cálculo deste valor. Consideramos o mesmo insuficiente, face ao que a Junta de Freguesia de Almeirim prevê gastar com a competência, cuja delegação iremos votar. -----

Face ao exposto o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Almeirim, abstém-se nesta votação. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

RUI PIRES (Grupo do PS) »» Acabámos de aprovar o Protocolo de transferência de competências da Câmara para a Junta de Freguesia de Almeirim que passa para a responsabilidade daquela Junta a conservação de algumas Zonas Verdes da Cidade.

Desde de sempre que conhecemos uma grande aproximação e cooperação entre Juntas e Câmara no nosso Município que permite a ambos completarem-se na realização das tarefas nada fáceis de satisfação das necessidades das populações. ---

A Junta de Freguesia de Almeirim já provou nos melhoramentos que levou a efeito no Cemitério que é capaz de obter bons resultados na sua acção, por isso votámos a favor. -----

O Grupo do Partido Socialista. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU aprovou este Protocolo, porque sempre defendeu a delegação de competências protocoladas nas Juntas de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Freguesia, de forma a concreta, com termos concretos. Para além disso, consideramos que ao se definir competências concretas e acções concretas, para as Juntas, também se compreende melhor a existência de autarcas a tempo inteiro nessas mesmas freguesias. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos entrar no último ponto da Ordem de Trabalhos, que é; “Outros Assuntos de Interesse Municipal”. -----

PONTO DEZ – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Referente a este ponto a Assembleia Municipal recebeu da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo um memorando, em que dá conta da sua situação financeira. O memorando diz o seguinte: -----

Ciente das suas competências mas não querendo o Executivo da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, deixar de informar, e apelando para que através do senhor, seja informada toda a Assembleia Municipal à qual o senhor é honrosamente preside, da situação financeira caótica em que esta Junta de Freguesia se encontra, situação essa, herdada do anterior executivo. -----

Para que o senhor, e assim toda a Assembleia possam ter conhecimento desta situação e possam analisar com devido rigor, junto anexamos alguns documentos comprovativos desta situação, os quais solicitamos que sejam distribuídos pelos excelentíssimos deputados municipais. Cientes que o senhor, bem como toda a Assembleia, depois de análise profunda não deixaram de actuar no sentido de colaborar para que a mesma seja regularizada e assim contribuir para que a Junta de Freguesia possa cumprir com as suas obrigações junto dos seus credores e retomar ao seu normal funcionamento. -----

Anexamos também fotocópias de alguns cheques passados, que até ao momento não sabemos a quem. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. -----

Assim, para que a Assembleia fique um pouco melhor informada, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, nos diga aquilo que lhe parecer conveniente sobre este documento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» eu tive

de apelar à Assembleia Municipal, em primeiro lugar, porque não tenho tempo disponível para vir à Câmara falar com o senhor Presidente. Como se realizava hoje uma sessão da Assembleia, aproveitei esta oportunidade para dar a conhecer a este Órgão o que se passa na Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. Não penso haver necessidade de vir pedir à Câmara alguma coisa, uma vez que esta Freguesia tem direito igual ao que todas as Juntas de Freguesia. É dentro dos seus direitos que nos será concedido o que é nosso por direito. -----

Benfica do Ribatejo nunca abdicará dos seus direitos e de defender os seus interesses, independentemente da forma como o fazemos. -----

Penso que talvez o erro que tenha cometido até hoje, foi ter de apelar a esta Assembleia para que as verbas necessárias para o seu normal funcionamento lhe sejam concedidas a título de protocolo. Na verdade, vivemos na Junta de Freguesia, momentos de aflição. Recentemente, recebemos da Câmara uma tranche de setecentos e setenta e cinco euros, porque os meses anteriores, tinha sido enviado, por lapso, quantias superiores às que a freguesia tinha direito e houve a necessidade de as corrigir. -----

Queria fazer um apelo a todos os senhores deputados Municipais de todas as bancadas políticas, que analisassem estas dívidas que as Junta de Freguesia têm neste momento, que o actual executivo em nada contribuiu. É tudo o que tenho para dizer. Obrigado pela vossa compreensão. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Uma pergunta que fiz na Comissão Permanente, como se lembra, era se tinha conhecimento, se a Assembleia de Freguesia de Benfica tinha recebido este documento. A informação que obtive, após essa reunião, é que não foi presente na Assembleia de Freguesia. Na verdade, este documento diz respeito à Freguesia de Benfica do Ribatejo, e é trazido a esta Assembleia pelo senhor Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo. -----

Podia ter sido presente nesta forma à própria Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo, onde estaria o senhor ex-presidente da Junta de Freguesia, e que podia responder e esclarecer dúvidas sobre esse documento. -----

Não me parece correcto, nem cordial este acto. -----

Pergunto ao senhor Presidente, porque é que isto aconteceu? -----

Já estou há muitos anos na política, e este acto representa para mim um acto inédito. Nunca me aconteceu ver um documento destes, quando há transições de Junta. Existem canais próprios para tratar estes documentos e assuntos. Há diálogo,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

certamente entre o Presidente da Junta e o Presidente da Câmara. Sempre houve, pelo que acho que não será agora que vai ser cortado. Este tipo de manifestações, nunca aconteceu. -----

A verdade, é que há quatro anos, o senhor Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo, quando herdou da Junta do PS, uma situação semelhante, não fez o que está a acontecer hoje. Nessa altura, não sei se o senhor Presidente sabe, havia uma dívida a fornecedores de vinte sete mil euros, havia vinte e dois mil euros de dívida à ADSE, e havia trinta e dois mil euros de pagamentos a fazer ao coveiro, que por inércia de terem entregado os documentos tarde, já que o coveiro se devia ter reformado aos sessenta e cinco anos, e deixaram que ele andasse até aos setenta anos. -----

Quando nós analisámos este documento, onde se diz estar vinte cinco mil euros de dívidas, basta olhar para eles e ver as datas para perceber que estão aqui cerca de doze mil euros, que já são com datas do novo executivo. Aliás, há aqui uma verba que me deixa intrigado. A verba do Constantino das Enguias, de vinte e seis de Novembro de dois mil e nove, em que o senhor presidente da Junta apresenta uma dívida de cento e quarenta euros e noventa cêntimos. As enguias foram comidas por quem? ----- Está a atribuir uma despesa realizada no novo mandato e a atribui-la ao anterior? ----- Penso que este assunto merece uma explicação. -----

Quando analisamos estes números, o que eu vejo, é que sessenta e cinco por cento das dívidas de pequena monta, vêm desde Julho, Agosto e Setembro...Apetece-me perguntar aos outros presidentes de Junta, se pagamentos a dois ou três meses são uma prática incorrecta? -----

Este total que está aqui, de doze mil euros já tem a ver com a actual Junta. Aquilo que vem do passivo anterior é de cerca de treze mil euros. Comparativamente com os vinte sete mil euros que o Amândio recebeu há quatro anos, é metade. -----

Os cheques na realidade não estão correctos. Devem ser endossados. Mas, quando analisamos os documentos, onde diz; "não se sabe", mais à frente está exactamente a escrito a quem foram passados. É verdade que devia existir o endosso, mas não é nada que não se possa comprovar com os documentos que estão aqui. Está aqui cópia de um cheque de três mil e quinhentos euros sem endosso, mas foi levantado pela "LUSACRUA". Sabe-se exactamente quem recebeu essa importância. A cópia do cheque de mil e quatrocentos euros, foi à "SIMARA". -----

Quando se fala em situação financeira bancária, eu sinceramente tenho dificuldade em perceber isto. É assim tão dramático a vinte e nove de Setembro, haver uma dívida ao



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

banco Totta, que não chega a trezentos euros? De haver na Caixa Geral de Depósitos um saldo positivo de cento e noventa e um euros e trinta e três cêntimos? Numa actividade de uma Junta, este valor tem algum significado? -----

É evidente que existem despesas fixas, mas o que o senhor Presidente da Junta nos trás para Assembleia é que nos meses nove e dez, as prestações estão em atraso. Qual é o grande drama? -----

Estão aqui valores indicados, que são valores depositados, que não se esclarece a sua origem. Mas senhores deputados, trata-se de valores depositados. Em face do exposto, penso que o senhor Presidente já tem aqui matéria para nos poder esclarecer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O senhor presidente da Junta pode usar da palavra. Pedia-lhe que fosse breve. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» O senhor deputado José Sampaio, referiu-se a verbas de há quatro anos, mas não falou que há quatro anos, independentemente desses números que o senhor citou, embora não os tenha comprovado, ou seja, o que está ai escrito por alguém é verdade - o que se apresenta documentado é uma mentira. -----

O senhor deputado esqueceu-se de dizer que o executivo de há quatro anos não deixou essas dívidas todas. Deixou onze mil euros de dívidas à ADSE, mas também deixou em dinheiro, no banco CGD, quinze mil euros. Foi o que não aconteceu comigo. Iniciei este mandato sem dinheiro e com dívidas para pagar. -----

As contas da Junta, estão como as temperaturas na Sibéria “abaixo de zero”. -----
Os senhores acham normal que se faça uma hipoteca até dois mil e noventa de mil e quinhentos euros? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor Presidente da Junta, eu não gostaria que a Assembleia terminasse neste diálogo. O que lhe peço, é que seja concreto e rápido, e que este esclarecimento adicional e final da situação, sejam feitos no sitio certo e por quem de direito. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Este documento não foi entregue ao ex-presidente da Junta, porque ele recusou aceita-lo na última assembleia de freguesia do dia vinte e oito. Dai a razão de ele não os ter em seu poder. Quanto às datas que foram referidas, essas dizem respeito à data de entrada na Junta de Freguesia. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DAS FAZENDAS DE ALMEIRIM »» Este assunto, como deve calcular, nada tem a ver com a Junta de Freguesia de Fazendas. Também não



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estou aqui para defender ninguém. Mas, o facto é se os documentos forem verdadeiros, tratasse de uma situação muito grave, já que existem cheques sem endosso. Numa Junta de Freguesia este é um assunto muito sério e grave. Na minha junta não se passa um único cheque sem que esteja endossado. -----

Por fim, esclarecer o senhor deputado da CDU, que na minha Junta de Freguesia, paga-se a trinta dias. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Não me vou pronunciar sobre esta matéria, mas queria fazer uma pergunta. -----

Qual é a competência, ou Lei que atribui a esta Assembleia e ao senhor Presidente da mesma, os poderes para aceitar este documento, e para o pôr em discussão? -----

Desde quando esta Assembleia tem poderes fiscalizadores sobre as Juntas de Freguesia? -----

O que eu verifico nesta Assembleia, é a abertura de um precedente. A Assembleia Municipal de hoje permitiu-se de estar a usar competências que não têm...de fiscalização da Junta de Freguesia de Benfica. Amanhã, usaremos esses mesmos poderes para analisar as contas das restantes Juntas. -----

Lamento que o senhor Presidente tenha aceitado trazer a esta Assembleia estes documentos, porque excede as competências deste Órgão e, abre um precedente nesta Assembleia que não é desejável no que diz respeito à separação de poderes entre órgãos autárquicos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora deputada, não é hábito meu responder às intervenções dos deputados, mas uma vez que me colocou em “cheque” e colocou em “cheque as competências desta Assembleia, por tomar conhecimento da situação financeira em que se encontra a Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, quando este executivo tomou posse. Parecendo que não é um assunto de Interesse Municipal, na sua perspectiva não será – na minha é! -----

É um assunto de Interesse Municipal, pelo que não estou de maneira nenhuma a atribuir a esta Assembleia a competência de fiscalização da Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo. -----

Agora, reconheço a esta Assembleia o direito de tomar conhecimento desta situação financeira em que se encontra a Junta de Freguesia de Benfica. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Pedi para intervir, para clarificar que embora se saiba a quem foram passados os cheques, não é isso que está em causa. O que eu quero dizer, é que não há suporte legal para fundamentar estes cheques. Não existe uma factura para justificar estes cheques. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Quero responder ao senhor Presidente da Junta, para lhe dizer que estas perguntas e respostas deviam ter sido feitas em local próprio, isto é, na Junta de Freguesia. -----

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Quero dizer que este assunto não é um precedente, e vossa excelência sabe muito bem disso. Sabe que esta Assembleia pode chamar a si, aquilo que bem entender, ser de Interesse Municipal. -----

Se bem me recordo, já a assembleia da Junta de Freguesia de fazendas de Almeirim tinha votado favoravelmente o estabelecimento prisional, que se ira instalar naquela freguesia. Esse Assunto foi aqui debatido como assunto de Interesse Municipal. Nessa altura a CDU não deixou de se pronunciar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou por encerrada a Ordem de Trabalhos e vou atribuir a palavra ao senhor Amândio Braulino Freitas, que se inscreveu atempadamente, e que indicou como tema da sua intervenção, a situação financeira da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, passado e presente. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

AMÂNDIO BRAULINO FREITAS »» Boa noite a todos os presentes. Acabamos de assistir, numa linguagem do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, que é um autêntico mentiroso... tinha duzentas pessoas a assistir à Assembleia de Freguesia, e o documento que o senhor Presidente da Junta distribuiu, foi um documento a informar a Assembleia da actividade da Junta nestes dois meses. Em que tinha treze mil euros de dividas a fornecedores, onde nem vinha a listagem dos fornecedores. Quando se referia a dívidas a fornecedores, dizia vinte cinco mil euros. Perguntei ao senhor Presidente, e estão aqui pessoas presentes nesta Assembleia que estiveram na outra Assembleia, e que sabem que é verdade. Perguntei: “Presidente, ficamos em treze mil euros ou vinte cinco mil?”, “Têm que me dizer qual é a diferença”. -----

Hoje, depois de uma reunião com o meu camarada José Manuel Sampaio, na qual me apresentou esses documentos. Para espanto meu, pela primeira vez na vida tinha visto aqueles documentos. Foi então que percebi porque é que o senhor Presidente da Junta, que na informação dizia: “...de divida treze mil euros...”. Mas, que depois com as restantes facturas, chegava aos vinte cinco mil euros. -----

Senhor Presidente não ponha as mãos na cabeça, o senhor sabe que é um mentiroso. Em Abril é que vamos ver o resto. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Acho que o senhor está no pleno direito de ter a intervenção que requereu. Agora, o que lhe peço é que seja um bocadinho mais comedido nas palavras que utiliza. -----

AMÂNDIO BRAULINO FREITAS »» Agradeço a sua chamada de atenção e reconheço que fui exagerado nas palavras. -----

Estava eu a dizer, que quando deixámos cerca de oito mil e quinhentos euros, quatro mil euros da segurança social, três mil e quinhentos da Câmara Municipal, que foi o senhor Presidente da Câmara que me sugeriu fazer e mandar o ofício a pedir os três mil e quinhentos euros, numa altura em que eu e o Presidente almoçávamos no João Apolinário... eu disse ao Presidente da Junta, perante as duzentas pessoas; “se o Presidente da Câmara não ter os três mil e quinhentos euros, vou lá eu pedi-los” Nem nesta altura me ouviu. -----

Uma acta da informação do Executivo, datada de vinte seis de Setembro de dois mil e três, ou seja, o Partido Socialista estava para seis anos no poder, isto é, eu tinha saído da Junta há seis anos. -----

Diz assim: “ A situação financeira da Junta de Freguesia, como sempre não deixa de ser difícil, já foi paga uma parcela dos autos de medição da obra...”, “Iniciou-se o pagamento da dívida à ADSE de despesas de saúde com os funcionários, que já existe há muito tempo. Em dezanove de Dezembro de dois mil e três. Informação do Executivo da Junta à Assembleia de Freguesia: “A Junta de Freguesia tem tido muitos problemas financeiros, o que tem imposto algum corte nas verbas, nomeadamente nos subsídios às colectividades, mesmo no tradicional jantar de natal, que este ano não se pode fazer”. -----

Vinte cinco de Julho de dois mil e quatro – “A Junta de Freguesia continua a ter muitos problemas financeiros, agravados agora com a diminuição dos serviços de ambulância, que são cada vez menos”., “o executivo continua a fazer tudo para inverter esta situação...”. -----

Para terminar vou dizer aqui uma coisa, que vou assumir perante a comunicação social. Depois de ter perdido as eleições, fiz uma Coisa, estive três noites a fotocopiar as actas da junta, para as trazer para casa. -----

Numa dessas noites li uma acta que dizia o seguinte: “ para ajudar aos prejuízos que o senhor Presidente da Junta têm com a actividade da Junta, um apoio de seiscentos e sessenta contos por ano...”. Noutra acta: “para ajudar a compensar algum tempo a mais que os motoristas de ambulância fazem, decidimos dar-lhes cem euros por mês”.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O senhor Amândio vai procurar terminar o mais rapidamente possível. Aos senhores deputados, peço que tenham um bocadinho mais de calma. -----

Espero que o que aqui foi dito por si, e pelo actual Presidente da Junta, seja esclarecido onde deve ser esclarecido, e por quem deve ser esclarecido. -----

AMÂNDIO BRAULINO FREITAS »» A Junta já têm uma auditoria...talvez aquelas enguias que comeram ao almoço com os auditores e com o senhor Presidente da Câmara, seja o da factura... o senhor Presidente da Câmara não esteve nesse almoço? -----

Então eles estiveram lá a comer as enguias e agora dizem que a factura é minha da minha responsabilidade? Então? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou por encerrada a sessão de hoje. Boa noite a todos. -----

Às zero horas e quarenta e dois minutos do dia trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
